

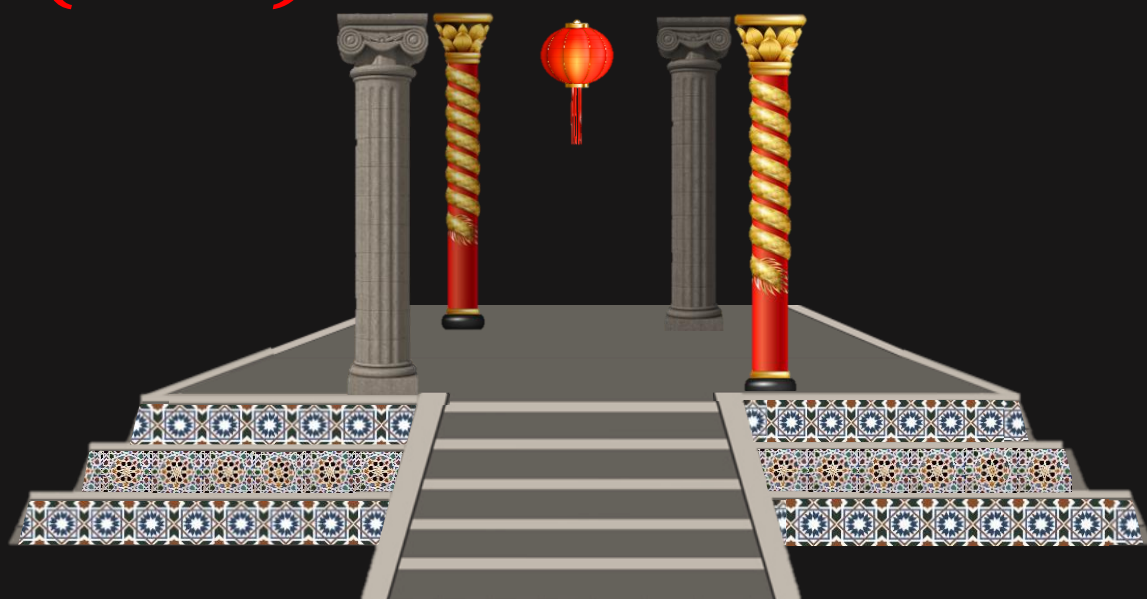
State

5ª Edição – Maio 2020

Building &
Fragility
Monitor



Como a Cultura *(Des)*Faz um Estado





State

Building & Fragility

Monitor

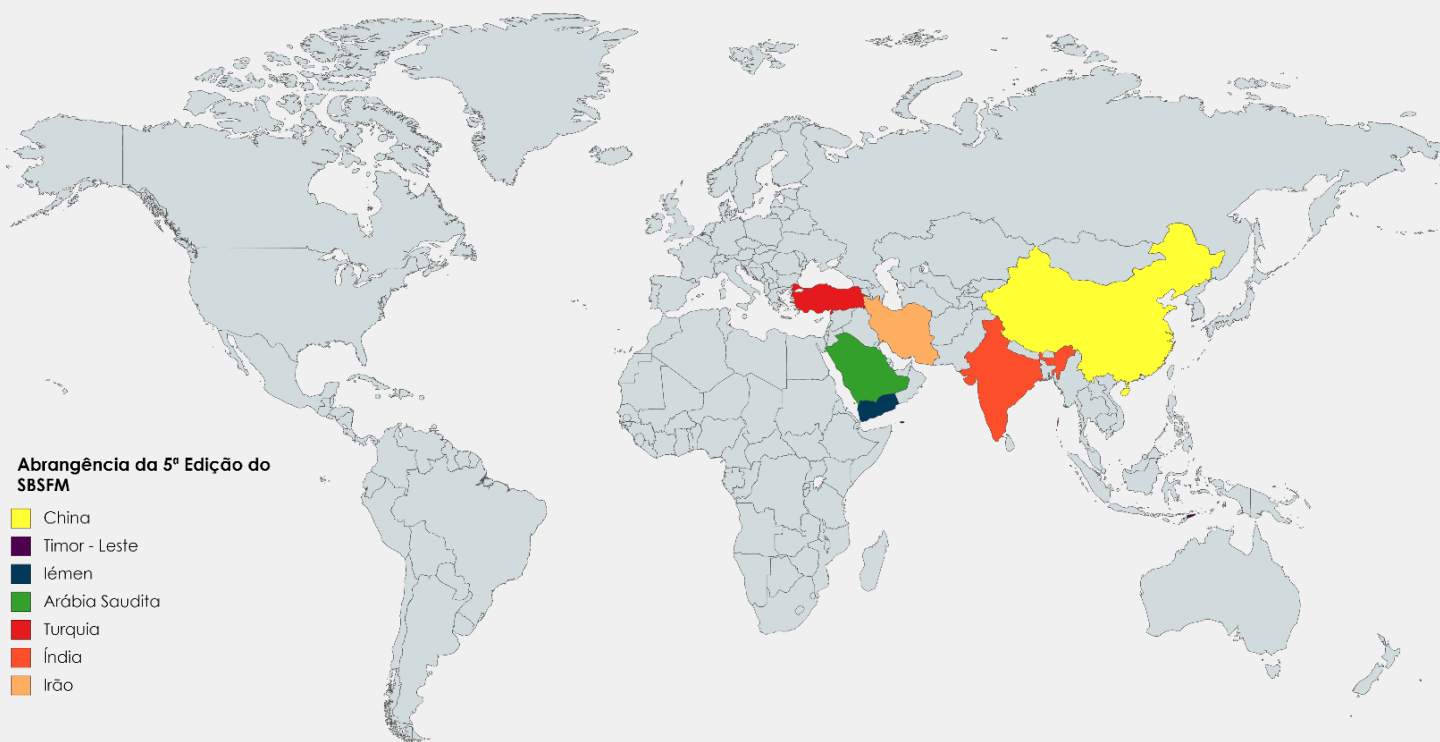
Coordenador do Projeto: Nuno Canas Mendes

Coordenadores da Edição: Francisco Carneiro, Rafael Fonseca, Ricardo Reis

Design Editorial: Francisco Carneiro

Da sua capa ao seu conteúdo, a 5ª edição do State Building & State Fragility Monitor alinha as suas lentes para focar estrategicamente o espaço asiático.

Assim se voltam a fortalecer os laços entre este Projeto e o seu Instituto criador...



Editorial

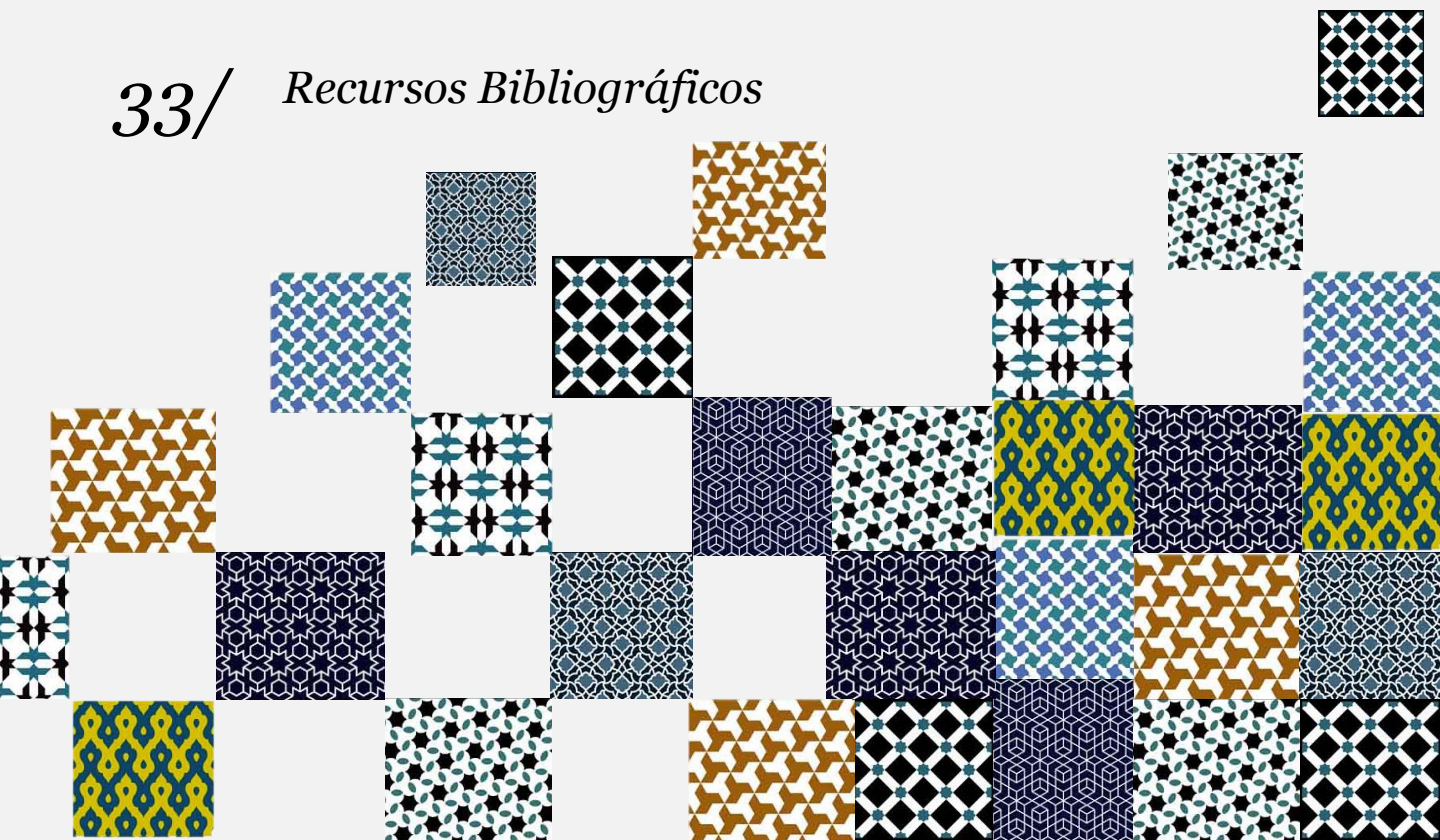


O Professor Dr. Nuno Canas Mendes é professor Associado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e Presidente do Instituto do Oriente, sendo as questões de segurança na região Ásia-Pacífico uma das suas principais áreas de investigação.

Nestes tempos diatómicos de pandemia, em que a incerteza, a dúvida, o pânico, a insegurança e a vigilância se tornaram os sentimentos dominantes, o Estado, com o seu papel regulador, foi novamente convocado. Esta chamada causou reações diversas e acerbas críticas, seja pelo desnorte que alguns lamentaram, seja pela autoridade recuperada que alguns reputaram de excessiva, seja ainda pela tardia comparência. Em todo o caso, ei-lo de novo a suscitar a discussão sobre o seu desempenho, funções, responsabilidade e insuficiências. E consequentemente, o tema da construção e da fragilidade dos Estados ganha agora nova acuidade, razão pela qual se lança mais uma edição do State Building & Fragility Monitor, este sobre a influência do fator cultural no Estado. No primeiro dos artigos que inclui, Ricardo Reis escreve sobre a regressão democrática na Turquia de Erdogan, sustentando que a visão nacionalista e imperialista da Turquia, "com a religião a servir como um meio para atingir um fim", ou seja, uma autocracia laica. O segundo artigo, de Rafael Fonseca, aborda a "guerra esquecida" do Iémen, as origens do conflito, a sua contextualização histórica e importância geoestratégica regional. Irene Rodrigues, no terceiro, escreve-nos sobre a contradição entre o que Max Weber viu como um entrave ao desenvolvimento do capitalismo na China - o Confucionismo - e em como tal se veio a revelar desajustado dos desenvolvimentos dos últimos 40 anos. O quarto artigo, do Francisco Carneiro, avança pelo polémico tema da importância do fator cultural no processo de desenvolvimento de políticas públicas de saúde, incidindo sobre o caso da China, e sobre os limites do convívio entre práticas ancestrais, um sistema de saúde funcional e uma estrutura política de informação controlada. O último dos textos, Sandra Balão analisa a importância estratégica da Belt & Road Initiative, dando destaque à incidência na região do Ártico. Qualquer um destes temas, na sua incidência específica sobre o "Oriente", têm uma transversalidade global indisfarçável. Um agradecimento especial aos estagiários do SB & FM que prepararam este 5.º número e que, mesmo neste contexto adverso, não perderam o entusiasmo e o empenho.

Índice

- 05/ *A regressão democrática na Turquia: choque de civilizações ou autocracia laica?*
- 10/ *A “Guerra Esquecida” do Iémen: os ramos islâmicos como fator (des)estruturante de um Estado*
- 17/ *O erro de Weber ou nem por isso?: olhando para a China Antiga e para as cosmologias em busca de pistas sobre as relações no mundo*
- 19/ *O Valor de um Sistema Nacional de Saúde*
- 27/ *A Belt and Road Initiative no “jogo” estratégico global*
- 33/ *Recursos Bibliográficos*





A regressão democrática na Turquia: choque de civilizações ou autocracia laica?



O Ricardo Cruz Reis é aluno do 3º ano de Licenciatura em Ciência Política no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e estagiário do Instituto do Oriente.

As suas áreas de interesse vão desde sistemas de governo até Geopolítica, passando pelo estudo dos populismos e da evolução democrática na Europa e na Ásia.

Após 3 anos como Presidente da República e 14 no poder (se somarmos também o tempo como Primeiro-Ministro), Recep Tayyip Erdoğan vê finalmente o seu sonho concretizado: a transformação do sistema de governo turco num sistema presidencialista, prevendo uma quase excessiva concentração de poderes no Presidente, entre os quais, a livre nomeação e demissão dos Ministros, com poder de ratificar e promulgar tratados internacionais e de submeter referendos constitucionais ao povo. Como chegámos até aqui? O que nos diz o caso turco sobre a compatibilidade entre democracia e Islão?

Como país que passou de um período de franca liberalização, tanto política como económica, e que agora se encontra a caminho de um autoritarismo eleitoral (usando o conceito de Andreas Schedler), achamos da maior pertinência estudarmos a Turquia como um exemplo de um país que, desde a sua independência em 1923, tem passado por muita turbulência de consolidação democrática, com tensões constantes entre governos conservadores e Forças Armadas kemalistas.

Islão e Democracia: serão compatíveis?

Apesar da “confusão” que se poderá gerar nas mentes dos mais “ocidentalistas”, há compatibilidade entre o Islão e a Democracia.

No entanto, há divergências dentro do Islão sobre se é conciliável com a democracia. Por um lado, alguns académicos consideram que não há conciliação possível, pois, se utilizarmos o conceito de democracia como o “Governo do Povo, Pelo Povo, para o Povo”, esses académicos são contra a tese “para o Povo”, pois acreditam que poder de decisão cabe a Alá e não à maioria (Butt & Siddiqui 2018, 515);

por outro lado, alguns acadêmicos consideram que, como a maioria é muçulmana, a sua consulta é obrigatória pois “a maioria de Muhammad [...] não pode dar errado” (*Idem*, 519). Aliás, essa consulta, a Shura, está prevista no Alcorão, no verso 159 da 3ª Surata: “Pela misericórdia de Deus, foste gentil para com eles; porém, tivesses tu sido insociável ou de coração insensível, eles se teriam afastado de ti. Portanto, indulta-os implora o perdão para eles e consulta-os nos assuntos (do momento). E quando te decidires, encomenda-te a Deus, porque Deus aprecia que (a Ele) se encomendam” (Corão, 3:159). Esta Shura é considerada como a base da democracia do Islão, tendo sido estabelecida pelos quatro califas durante o Califado Ortodoxo (Butt & Siddiqui 2018, 520).¹

Das divergências acima referidas, podemos considerar a existência de três visões do pensamento democrático do Islão.

A primeira, defendida por autores como Sayyid Qutb e Abul A'la Maududi, é a visão Rejeicionista, bastante em voga nas décadas de 1970 e 1980, que critica aquilo que considera como a importação de ideias estrangeiras, e a “noção de soberania popular [como uma violação] do princípio do ḥākīmīyah (a soberania absoluta de Deus sobre o mundo)” (Muslih & Browsers 2009).

Sayyid Qutb defendia, como alternativa, a implementação de uma ordem política e social, inspirada no Corão e na Suna, que levará à implementação de um estado islâmico, baseado na Sharia (*Idem, ibidem*). Abul A'la Maududi defendia, por outro lado, a implementação de uma teodemocracia em que toda a população muçulmana regeria todos os aspetos da sua vida através da Sharia (*Idem, ibidem*).



A segunda, defendida por autores como Hasan al-Turabi, Rashid al-Ghannushi e Yusuf al-Qaradawi, é a visão Moderada, que considera a Shura como um instrumento da democracia representativa. Al-Turabi defendia a Shura como instrumento da democracia representativa, mas diferente da existente no Ocidente, pois, enquanto a primeira representa a “soberania de Deus” e a unidade do Islão (*Idem, ibidem*), a segunda representa a “soberania popular” e a divisão da sociedade em facções (*Idem, ibidem*). Rashid al-Ghannushi defende a conciliação do Islão com a Democracia, pois os países de maioria muçulmana colaborarão com as outras religiões no derrube que

colaborarão com as outras religiões no derrube que regimes autoritários e respeitarão as liberdades e os direitos humanos (*Idem, ibidem*). Yusuf al-Qaradawi, defende, ao contrário dos anteriores autores, que o Islão e a democracia tratam-se de coisas diferente, pois a primeira é um “sistema abrangente de valores”, enquanto a segunda é “um meio”, ou seja, que nos países onde os muçulmanos são a maioria, existe liberdade, pois reina a vontade da maioria (*Idem, ibidem*).

A terceira e última, defendida por autores como Muhammad Abduh, é a visão liberal, que defende que o pluralismo está prevista no Alcorão, mais propriamente no verso 256 da 2ª Surata, que diz “Não há imposição quanto à religião” (Corão, 2:256); ou seja, é reconhecida a igualdade de direitos entre muçulmanos e não-muçulmanos (Muslih & Browsers 2009).

Quem é Recep Tayyip Erdoğan?

Quem compara Erdoğan de 2003 e Erdoğan de 2020, irá pensar que se tratam de dois políticos diferentes: se no primeiro, vemos um comprometimento com a democracia, com as reformas ao regime e com a adesão à União Europeia, já no segundo vemos uma política neo-otomanista e autoritária, de costas voltadas para o Ocidente (Kirişçi & Sloat 2019).

1- Os quatro califas do Islão referem-se aos Califas do Califado Ortodoxo estabelecido após a morte de Maomé. Esses califas são: Abu Bakr (632-634), Umar (634-644), Uthman ibn Affan (644-656) e Ali ibn Abi Talib (656-661). As datas referidas em parêntesis referem-se aos anos de governação.



Fig. 1: Recep Tayyip Erdoğan, via Reuters.

Essa regressão democrática é bem visível, também, nos índices de democracia e de direitos humanos. Segundo o relatório do *The Economist Intelligence Unit*, que todos os anos analisa o Índice de Democracia no mundo **2**, classificou a Turquia, em 2019, no 110º lugar entre 167, com uma pontuação de 4,09 em 10 possíveis, menos 0,28 do que o relatório do ano anterior, sendo um regime híbrido, próximo do autoritário (The Economist Intelligence Unit 2019, 12). Se compararmos com 2006, ano do primeiro relatório, vemos que a regressão democrática no país é enorme e preocupante, pois, nesse ano, a Turquia ficou classificada em 88º lugar entre 167, com uma pontuação de 5,77 em 10 possíveis, sendo um regime híbrido, mas próximo de uma democracia falhada (The Economist Intelligence Unit 2007, 3-6).

2- Este índice classifica os países em: democracias plenas (8,00-10,00), democracias falhadas (6,00-8,00), regimes híbridos (4,00-6,00) e regimes autoritários (0,00-4,00).

No entanto, apesar de vermos Erdoğan de 2003 preocupado com reformas políticas, económicas e sociais, para preparar a entrada do país na União Europeia, o seu histórico demonstra o contrário: em 1994 foi eleito Presidente da Câmara de Istambul, pelo partido radical islâmico e anti ocidente Partido do Bem-Estar (Refah Partisi, em turco; declarado inconstitucional em 1998), tendo, depois, sido destituído do cargo e condenado a dez meses de prisão (apenas cumpriu quatro) após ter lido um poema de Ziya Gökalp **3**, que incitava à intolerância religiosa **4** e impedido de exercer cargos públicos vitaliciamente (Shambayati 2004, 267).

Em 2001, funda o Partido da Justiça e Desenvolvimento (Adalet ve Kalkınma Partisi, em turco), de cariz reformista, conservador pró-occidental e secular. Com esta imagem, o partido vence as eleições em 2002, com maioria qualificada (363 deputados em 550). Porém, Erdoğan não pôde assumir o cargo de Primeiro-Ministro, devido à sentença anteriormente referida, mas, devido à anulação das eleições por irregularidades na votação em Siirt e após a revogação da lei que impedia Erdoğan de

concorrer a cargos públicos, foram marcadas novas eleições para fevereiro de 2003 e Erdoğan pôde concorrer a deputado, tendo vencido as eleições e sido nomeado Primeiro-Ministro.

Como Primeiro-Ministro, pôs em prática várias reformas como a supremacia dada ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos sobre os tribunais turcos, a utilização da língua curda nos meios de comunicação social, o controlo da inflação (de 32% em 2002 para 9% em 2004), a normalização das relações diplomáticas com a Rússia e a preparação da entrada da Turquia na União Europeia.

Em 2014, tornou-se o primeiro Presidente da República eleito por sufrágio direto e universal, prometendo um papel mais ativo do Presidente. Essa concentração de poder resultou na tentativa de “golpe de Estado” de 2016, destinada a retirar Erdoğan do poder e “ratificada” no referendo constitucional de 2017, que enfraqueceu os poderes do Parlamento, eliminou o cargo de Primeiro-Ministro, transferindo os seus poder maioritariamente para o Presidente da República.



Fig. 2: Parlamento Turco via Daily Sabah

3- Poeta, sociólogo e político pan-turco do início do século XX.

4- O poema em questão, lido por Erdoğan, incluía verso que não constavam no original, como “As mesquitas são os nossos quartéis, as cúpulas os nossos capacetes, os minaretes as nossas baionetas e os fiéis nossos soldados”.

A posição geográfica da Turquia: um choque de civilizações?

A relação entre as quatro identidades principais do país (islâmica, kemalista, nacionalista e ocidentalizada), provocada pela introdução do secularismo no país em 1923, por Mustafa Kemal Atatürk, fundador do Estado turco contemporâneo e primeiro Presidente da República do país, nunca foi fácil. Das suas reformas sociais incluem-se: eliminação dos conflitos étnicos a favor de uma identidade nacional turca, a eliminação constitucional do Islão como religião oficial, a substituição do direito religioso, a abolição do Califado em 1924 e de toda a hierarquia religiosa, a adoção de um novo código civil inspirado no suíço, igualdade jurídica entre homens e mulheres, a substituição do alfabeto turco de escrita árabe para latina, a nacionalização das fundações religiosas e a proibição temporária da educação religiosa (Ribeiro 2018, 8). Da sua política externa inclui-se a entrada da Turquia na Liga das Nações.

Mesmo após a morte de Kemal em 1938, a Turquia continuou a prosseguir uma política externa pró-ocidental, que inclui a sua participação ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, a adesão do país à NATO em 1952 e o pedido de adesão à então Comunidade Económica Europeia em 1959;

porém, manteve uma política externa de neutralidade (*Idem*, 9-10).

Após a Segunda Guerra Mundial as visões ocidentalistas continuaram a ser defendidas pelo Partido Republicano do Povo (Kemalista) e as visões islâmicas a serem defendidas pelo Partido Democrático (fundado a partir de uma dissidência anti-Kemalista do Partido Republicano). Este último, governou o país entre 1950 e 1960 e apesar de ter continuado uma política externa pró-ocidental, iniciou uma “reaproximação com o mundo árabe e muçulmano, em oposição à clara tentativa de secularização do [Partido Republicano do Povo]” (*Idem*, 14-15). O fraco desempenho económico, a alta taxa de inflação e o crescente autoritarismo, culminaram no primeiro Golpe de Estado sofrido no país em 1960, feito para proteger os princípios Kemalistas que estavam a ser violados pelo então governo. Com o Golpe de Estado, uma junta militar governou a Turquia nos 18 meses seguintes, tendo terminado com a condenação de vários dirigentes do Partido Democrático por alta traição e com a sua consequente dissolução (*Idem*, 15).

Fig 3: Iconografias dos Partidos Republicano e Democrático Turcos



Em 1971, deu-se um segundo golpe militar em que o “exército turco, por meio de um memorando, justificou a ação alegando que o governo estava se encaminhando para uma anarquia e que seria necessário o restabelecimento da ordem”, provocadas pelos crescentes ataques terroristas e pelos protestos estudantis. O regresso à democracia acontece em 1973, com a eleição de Fahri Korutürk, como Presidente da República (*Idem, Ibidem*).

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelo chamado Ressurgimento Islâmico, caracterizado pelo regresso da influência da religião na sociedade turca, nas esferas social, política e cultural. Este ressurgimento provocou um grande impacto na política externa turca, com a ascensão de partidos de base islâmica (*Idem, Ibidem*), como o Partido da Salvação Nacional (Millî Selâmet Partisi, em turco) (Eren 2018, 160-161). Esse aumento da influência do Islamismo na política culminam num novo Golpe de Estado em 1980, mais violento do que o de 1971, novamente justificado para restaurar a ordem, mas que não passava do confirmar da relação tensa existente entre o Exército Turco (defensor dos princípios Kemalistas) e os governos que se desviavam destes princípios (Ribeiro 2018, 15-16).

Após o Golpe e a restauração da democracia, a política da década de 1980 foi caracterizada por governos de maioria absoluta do Partido da Pátria (Anavatan Partisi em turco),

que, apesar de favorável à adesão da Turquia na Comunidade Europeia, adotou uma política externa também dirigida para o mundo árabe (Idem, 16-17).

A partir de meados da década de 1990, com a tensão crescente entre os governos e o Exército, os executivos caracterizaram-se por uma aproximação à União Europeia, com o estabelecimento de uma União Aduaneira, em 1996 e com a elegibilidade da Turquia como país candidato à adesão, em 1997 (Idem, 17).

Em 2007, Abdullah Gül tornou-se Presidente da República e adotou uma política externa neo-otomanista, “desenvolvida pelo político e internacionalista Ahmet Davutoğlu, utilizando-se do princípio de “zero problemas com vizinhos” para mediar as relações com os demais países”, dando ênfase às relações com o mundo árabe (Idem, 18-19).

A continuação do aprofundamento das relações com o mundo árabe e o crescente ceticismo em relação à União Europeia (que muitos vêem como um “clubes cristão”, que exclui os países islâmicos) resultaram num “choque de civilizações” e culminaram no arrefecimento das relações entre a Turquia e a União Europeia (Idem, 22).

Conclusão

Em suma, a posição geográfica da Turquia têm-se revelado, desde a introdução do secularismo no país em 1923, um “choque de civilizações”, pois o confronto constante entre os kemalistas das Forças Armadas e os islâmicos provocou sempre crises e paragens na democracia do país.

No entanto, o que é visto na Turquia de hoje não é uma defesa dos valores islâmicos do universalismo e da unidade do Islão, mas uma visão nacionalista e imperialista da Turquia, com a religião a servir como um meio para atingir um fim (a consolidação e culto da personalidade de Erdoğan, que aparece na vida política turca como um “salvador da pátria”). Portanto, aquilo que vemos na Turquia não é a transformação do país numa república islâmica, mas sim num regime autoritário que utiliza a religião como meio para atingir o poder, pois o governo de Erdoğan exalta mais pelo culto da personalidade de um homem e de uma história (a glória do Império Otomano), em vez de exaltar a Alá e a universalidade e unidade do Islão, como as visões acima referidas defendem.

Ricardo Reis



Fig. 4: Turkey-EU relations *via Hürriyet Daily News*



O Rafael da Fonseca é aluno do 2º ano da Licenciatura em Relações Internacionais no ISCSP e estagiário do Instituto do Oriente. Autointitula-se como um "estudante do mundo", estando sempre a par dos acontecimentos do panorama internacional. Tem especial interesse pelas áreas de Segurança Internacional e Contra-Terrorismo, passando pela Política, Crises Humanitárias e Geoeconomia.

A “Guerra Esquecida” do Iémen: os ramos islâmicos como fator (des)estruturante de um Estado.

“Sometimes you will hear leaders say, “I’m the only person who can hold this nation together.” If that’s true then that leader has truly failed to build their nation.”

— Tim Marshall in *Prisoners of Geography: Ten Maps That Tell You Everything You Need To Know About Global Politics* (2017)

Mergulhado no caos há vários anos, o Iémen é considerado, por muitos, um dos maiores desastres humanitários da História, estando nos primeiros lugares no que toca aos países com maiores índices de Pobreza ou Instabilidade no Mundo. É, para alguns, um caso perdido e sem qualquer solução eficaz à vista, e para outros, um alerta para o que as divergências culturais e religiosas podem causar num país que, apesar de já ter sido reunificado, se encontra mais dividido do que nunca. Apesar de ser um país com reservas próprias de petróleo (que perfazem cerca de 90% do total de exportações por ano), ser um país com solos férteis que facilitam a prática da agricultura (setor dominante na economia), ou até por ter uma posição geográfica de excelência no panorama internacional, é o país mais pobre do Mundo Árabe.

Devastado pela guerra que dura desde 2015 e, consequentemente, pela fome, pela pobreza, surtos de doenças como a cólera ou ébola, sofrer com a falta de redes de saneamento básico e constantes violações de direitos humanos, o Iémen raramente recebe a luz dos holofotes na comunidade internacional, sendo de lamentar a falta de atenção que a mesma guerra sofre por parte de grande parte dos agentes internacionais e da população mundial em si, sendo intitulada de “guerra esquecida”. O objetivo central será entender e chegar a uma conclusão sólida tendo como base certas questões: Como é que a luta entre dois ramos religiosos pode ser tão destruturantes para um estado? E como é que as suas divergências podem despoletar um cenário tão catastrófico, envolvendo disputas entre grupos internos e o apoio de coligações internacionais, fazendo deste país um autêntico campo de batalha?

É importante interiorizar, desde já, de forma sucinta, a base para este problema. Perfazendo cerca de 90% da população muçulmana, o grupo sunita é a grande maioria do Islamismo, “contra” os cerca de 10% de Xiitas. As diferenças começam precisamente no ano 632, com a morte do profeta Maomé **1**, que se encarregou de difundir o Islamismo enquanto religião pelo Mundo. Com a sua morte, os sunitas acreditavam (e acreditam) que o representante máximo da religião deveria ser nomeado e escolhido pela comunidade de fiéis e pela população, opondo-se à tese defendida pelos xiitas, que afirmam que Maomé deveria ser sucedido hierarquicamente por algum familiar (como não tem filhos, seria o seu genro Ali o próximo representante do Islamismo). Este debate dura há séculos e parece não haver ainda consenso acerca desta temática, mas tem dado espaço para que divergências sejam criadas, influenciando os interesses políticos e sociais dos países que vêm a população representada por um ou outro ramo religioso. Para além disto, os dois grupos diferenciam-se também por alguns costumes, formas de orar e até execução e funcionamento do matrimónio.

A Contextualização Histórica do Iémen

Localizado no sudoeste da Península Arábica, fazendo fronteira com Omã e Arábia Saudita e delimitado ainda pelo Mar Vermelho e pelo Golfo de Áden, a sul, o Iémen é um país com séculos de história. Já foi parte do grande Reino de Sabá **2**, de domínio judeu, que deu lugar ao Reino Himiarita **3**, e mais tarde sofrera a invasão por parte do Império Axum. Apesar de anos de conquistas e reconquistas, esta região acaba por ser dividida entre o Império Otomano e Britânico.

A norte, os Otomanos dividiam o poder com uma autoridade local – Imãs Zaiditas, uma dissidência antiga proveniente do Xiismo – entre 1872 e 1918, ano em que se tornou uma monarquia (Reino do Iémen). Esta forma de governo durou até 1962, quando Abdallah Al Salal **4** proclama a República Árabe do Iémen. Segue-se uma guerra civil entre republicanos (apoiados pelo Egipto) e monárquicos (com apoio da Arábia Saudita) que, apesar de ter cessado em 1970, provocou grande instabilidade até 1978, ano em que ocorre a nomeação de Ali Abdullah Saleh para governar o país.

Apesar de alguns avanços e desenvolvimentos, o país continuou com panoramas de extrema pobreza até a unificação de ambas as regiões.

Enquanto isto, a sul, os Britânicos tiveram de formular tratados com chefes tribais locais, criando assim um protetorado da coroa que fez com que estes tivessem influência sob as principais rotas marítimas que iam do Canal do Suez até à Índia. Os Europeus e Indianos começam a apoderar-se do Porto de Áden e de todas as receitas que daí provinham, dando origem a vários movimentos de sentimento nacionalista. Isto levou ao nascimento da Frente Nacional de Libertação que permitiu a criação da República Popular do Iémen (República Democrática Popular do Iémen em 1970) no ano de 1967. Apesar de ter o apoio da União Soviética e da Europa de Leste devido às semelhanças ideológicas, este país do Sul da península arábica cai numa violenta guerra civil devido a tensões internas do partido que estaria no poder a partir de meados da década de 80. A paz era vista através da unificação com a região do Norte, que traria, supostamente, estabilidade e prosperidade a longa data.



Fig. 1: Símbolos do Sunismo e Xiismo

1 - É de enfatizar que, para os muçulmanos, Maomé não é uma figura divina, mas sim um ser humano quase perfeito.

2 - Sabá era uma sociedade matrilinear, em que o poder é passado aos descendentes pela via feminina. Viu o seu fim no ano de 275 d.C, após a inclusão de uma guerra civil entre várias dinastias que disputaram o poder, tendo sido um dos Reinos mais prósperos da época.

3 - Ou Homerita, denominado localmente pelos gregos e romanos na época.

4 - Líder da Revolução norte iemenita de 1962.

As duas regiões unificaram-se apenas em 1990, dando assim origem à República do Iémen, com capital em Sana'a, tendo o árabe como idioma oficial e como religião dominante o Islamismo. Este país, com cerca de 28 milhões de habitantes num vasto espaço de 528 mil km² (dados de 2018), apesar de se ter unificado e ter em vista um processo de estabilidade e crescimento económico, teria intrínseco no seu ADN a impossibilidade de a paz perdurar por longos anos. A formação do novo país trouxe esperança aos cidadãos no seu geral (e também aos seus líderes), como afirma Robert Burrowes em *The Yemen Arab Republic's Legacy and Yemeni Unification*: "Some [Yemenis] thought that unification itself would quickly solve economic ills and bring the return of better times. They maintained that a stable, peaceful, enlarged Republic of Yemen would act as a magnet for the funds of foreign investors as well as wealthy Yemenis overseas". (Burrowes, 1992).

No entanto, apesar de se pretender instaurar a Democracia e a liberdade de expressão, o país continuava com razões para se encontrar dividido.

Cerca de metade da população iemenita é Zaidita (proveniente do Xiismo) – mais concentrados no norte do país -,

enquanto que a outra parte se encontra na região sul, pertencendo ao grupo maioritário do Sunismo. A par disto, a guerra do Golfo na década de 90, com invasão do Kuwait por parte de Saddam Hussein, até então Presidente do Iraque, abalou também o país do sul da península arábica que, numa reunião do Conselho de Segurança da ONU em que o mesmo país estava representado, houve a abstenção do Iémen relativamente à condenação dos atos do líder iraquiano. Este ato, que se opôs aos demais países árabes e que se demonstrava contra a intervenção americana na região, provocou o isolamento diplomático do Iémen. Seguiu-se a expulsão de vários iemenitas da Arábia Saudita (medida seguida por outros países do Golfo), o que fez com que cerca de 800 mil iemenitas voltassem para o seu país.

As disputas partidárias pelo poder eram também notórias, fator esse que não ajudava ao desenvolvimento humano do país. Estas tensões internas levaram à inclusão de uma guerra civil declarada pelo grupo Al-Hirak, um conjunto de iemenitas do sul que se sentiam marginalizados e exigiam a independência do Iémen do Sul, voltando a ser instaurada a República Democrática do Iémen, o que não foi reconhecido internacionalmente.

A década de 2000 começa também com sinais de que a solidez do estado era deveras fraca. Esta afirmação comprova-se pelo surgimento da oposição do grupo dos Houthis ao governo de Saleh, em que Husayn Al-Huthi começou a ter muitos seguidores e apoiantes devido ao facto de ter denunciado a marginalização dos Zaiditas de Sa'dah e a corrupção do governo presente. A influência Houthi ganha cada vez mais atenção, gerando um conjunto de guerras e tensões entre 2004 e 2006 que tratam de enfraquecer mais o poder de Saleh – as chamadas 6 guerras de Sa'dah (é de esclarecer que muitos cidadãos não aderiram oficialmente ao movimento mas prestaram apoio, uma vez que se opunham ao regime vigente deste período).

Saleh **5**, ao ver a proporção do conflito e o apoio das tribos locais ao Houthis **6**, na quinta guerra de Sa'dah (2 de Maio 2008 – 17 de Julho 2008) cria o Exército Popular, composto por mercenários Hashid (a confederação tribal que já se tinha juntado ao governo), por radicais Sunitas e por mercenários de outras áreas, comprovando que este conflito era mais do que tensões tribais – estavam em jogo pensamentos e fins ideológicos e o funcionamento de um país que há muito não conseguia, de nenhuma forma, instaurar a paz e crescer no panorama regional e internacional.

Estas seis guerras, marcadas pela grande brutalidade e violência por parte das forças governamentais, vieram marcar um desfecho que não se previa: o grande crescimento e fortalecimento do poder de influência dos Houthis (ou “rebeldes”), que só foram derrotados na última guerra devido à intervenção da Arábia Saudita a favor das tropas de Saleh, país este que tem demonstrando sempre, ao longo dos vários anos, grande interesse e preocupação pelo seu vizinho do sul, estando sempre a par do desfecho de cada acontecimento que ocorre para lá da fronteira. Este período é bastante pertinente e ajuda-nos a entender que os grupos contra o governo ganham cada vez mais apoiantes e impulsão para fazer frente a Saleh, bem como entender os vários atores que se começam a incorporar no conflito.

É o ano de 2011 que merece grande destaque. Inicia-se neste ano a Primavera Árabe, um movimento que constituiu vários protestos que se espalharam pelos vários países do Norte de África e Médio Oriente, que tinham o objetivo de despor e retirar o poder dos líderes de então. Este fenómeno começou na Tunísia e rapidamente se espalhou para países como a Líbia, Marrocos e Síria, e rapidamente chegou igualmente ao Iémen.

Os protestos tiveram grandes proporções, e em Setembro do mesmo ano,

Saleh transfere o poder para o até então Vice-Presidente Abd Rabbuh Mansur Al-Hadi, passando este a liderar o governo iemenita.

Com o grande envolvimento do governo saudita na vida política, social e até económica do Iémen, a guerra fria entre a Arábia Saudita e o Irão começa a intensificar-se (ainda agravada por outros episódios externos, como o financiamento dos rebeldes sírios aquando os protestos contra Bashar Al-Hassad, Presidente apoiado pelo líder iraniano). Com isto, os Houthis começam a ter armamento providenciando e financiando pelo Irão, o que faz aumentar ainda mais as tensões entre estes dois países. No ano seguinte, os Houthis, por incrível que pareça, têm o apoio do ex-Presidente Saleh contra o governo de Hadi. Conseguem desenvolver-se e tornarem-se fortes para, em Setembro de 2014, a capital ser tomada por este grupo.

Não havendo um governo sólido capaz de administrar a sua população e controlar o seu território, este país acaba por ser facilmente penetrável pelos dois maiores agentes regionais. O território do mesmo país, ao estar fragmentado, exhibe as condições para que se instale o caos – para além das forças de Hadi, há disputas também envolvendo os Houthis, a Al-Qaeda da Península Arábica (célula regional) e o movimento separatista do sul Al-Hirak (que acaba por se juntar ao lado de Hadi).



Fig. 2: *Abd Rabbuh Mansur Al-Hadi*

Em fevereiro de 2015, o governo de Hadi é capturado pelos Houthis e dias depois apresentam a sua demissão, sendo que o poder passou a estar concentrado no Comité Revolucionário, liderado por Mohammed Ali al-Houthi. Posto isto, o grupo passou a demonstrar a sua pretensão de governar o país e obter a sua liderança, adotando uma postura ofensiva e não de legítima defesa contra o regime. Apesar disto, e ameaçando a estabilidade que, por um ou outro ator se queria implementar, a disputa pela liderança agravou-se e intensificou-se quando, a 21 de fevereiro, o Presidente Hadi consegue fugir da casa onde estava capturado em Sana'a e dirige-se para Adén, a sul, retirando a sua demissão e declarando esta como a “nova capital iemenita”. Este ato não foi reconhecido pelos Houthis e Hadi rapidamente se apressou a realizar reuniões com embaixadores americanos e britânicos.

Apesar disto, o grupo revolucionário manteve-se com os mesmos objetivos. Assim, controlavam Sana'a (que era efetivamente a capital do Iémen), e Sa'dah, uma cidade também de extrema importância e relevância estratégica que fazia fronteira com os vizinhos sauditas e deixava Hadi ainda mais encurralado. É ainda de sublinhar que o grupo “rebelde” controlava as províncias de Al-Hudaydah ⁷, e Hajjah na costa Oeste, permitindo a estes uma via de comunicação com o mundo. Jan Egeland, secretário-geral do Conselho de Refugiados Norueguês, numa das suas declarações ao Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental, afirmou mesmo que “Os civis não estão a morrer à fome no Iémen, estão a ser mortos à fome”, traduzindo a situação preocupante em que o país se depara.

Em 2015, a ONU já declarava o Iémen um estado falhado, com uma população que sofria com a guerra e a fome, e um território dividido em quatro forças de influência com disputas entre si, sendo a 19 de março que se inicia oficialmente a guerra civil entre estes grupos. Até hoje, a coligação liderada pela Arábia Saudita e os Houthis, apoiados pelo Irão e pelo Hezbollah (grupo político e militar fundamentalista xiita islâmico sediado na Líbia), têm-se combatido no Iémen.



Fig. 2: Rebeldes houthis em Sana'a, no Iémen. Mohamed al-Sayaghi/Reuters

A mesma começou quando se registou um aumento das tensões entre o governo de Hadi e os Houthis. O Presidente Hadi apela aos Estados Árabes para intervirem militarmente no Iémen, o que leva a coligação liderada pela Arábia Saudita (e composta por países como os Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Qatar e com o apoio do Reino Unido, Estados Unidos e França) a lançar ataques aéreos contra os Houthis em Sana'a e Sa'dah.

A 25 do mesmo mês, Hadi foge para a Arábia Saudita e o conflito intensifica-se nos meses seguintes, sacrificando a vida de cidadãos e deixando outros tantos desalojados - “De um total de 20 milhões de pessoas que precisam de ajuda para garantir alimentos, quase dez milhões estão a um passo da fome, perto de 240 mil enfrentam níveis catastróficos de fome e mal conseguem sobreviver”,

afirmação de Mark Lowcock, Subsecretário-geral das Nações Unidas para os Assuntos Humanitários (Lowcock, 2019).

“Os combates deixaram o país nas mãos das potências regionais. Sem grandes progressos no terreno, trava-se um conflito de desgaste em que o acesso aos alimentos é uma arma.” João Ruela Ribeiro, 27 de Junho de 2019

Os interesses entre as coligações internacionais e os grupos internos que guerreiam entre si parecem ser superiores às vidas que são tiradas todos os dias ou à estabilidade de um país, que tem as demais condições para ser um país estável e próspero. Apesar de negociações de paz e constantes declarações de cessar-fogo (e muitas das vezes o seu rompimento), é perceptível que a guerra persiste em continuar.

⁷ - Onde se situa o porto de Hodeida. Cerca de 70% do comércio circula por este porto, e grande parte da ajuda humanitária com medicamentos e alimentos entra por aqui, sendo muitas das vezes travada ou saqueada pelos Houthis.

Mais recentemente, no âmbito na nova pandemia que afeta todo o mundo no presente ano deste artigo, a ONU pediu, severamente, o cessar-fogo em todos os conflitos que estejam ativos atualmente. Este pedido foi acatado pela coligação saudita, de modo a combater o novo vírus (COVID-19) ⁸, mas não pelos Houthis, que permanecem no combate contra o lado oposto – “We will continue to fight and target their military installations and industrial sites since they continue with the siege. So we don't consider it to be a ceasefire,” disse Mohammed al-Bukhaiti, porta-voz Houthi ⁹.

Iémen como um núcleo geoestratégico regional

O país e o estado iemenita (se podemos falar de um estado) estão desgastados.

A guerra é impulsionada pelos atores regionais que vêem neste país, como já foi referido, um ponto estratégico e capaz de lhes dar um poder hegemónico nesta área, ou pelo menos lutar por ela. Enquanto país do sul da península arábica, o Iémen possui uma situação geoestratégica com grandes benefícios e que, no âmbito da geopolítica, merecem ser aproveitadas e também estudadas. O facto de ser um estado falhado confere-se uma oportunidade ideal para um outro país interferir em território alheio. A sul, junto ao golfo de Áden, permite-lhe controlar e ter uma certa ingerência nas rotas comerciais, principalmente na comercialização de petróleo – estreito de Bab El-Mandeb, que fica próximo do Estreito de Ormuz, outro ponto de relevância nas rotas petrolíferas.

Assim, este país acaba por estar em cima de toda a circulação que provém e segue para outras partes do mundo, uma vez que as águas do Golfo de Áden ligam-se ao Mar Vermelho, que por sua vez tem acesso ao Canal do Suez (outro ponto de extrema pertinência estratégica) e, por fim, o Mar Mediterrâneo e à Europa, consequentemente, um dos mais dependentes deste recurso fóssil. Posto isto, a Arábia Saudita, enquanto terceiro maior produtor de petróleo no mundo e maior exportador da região árabe, interessa-lhe, e muito, o controlo de todas estas rotas. Esta influência tem benefícios igualmente para os EUA e Israel e respectivas seguranças nacionais, uma vez que, ao serem aliados do governo saudita, é-lhes também importante controlar e ter influência nesta região, afastando o Irão e possíveis influências dos seus aliados. Indirectamente, este fenómeno ainda é mais alimentado pelos atritos recentes (e que sempre foram presentes no panorama internacional) entre o Irão e os EUA – estes últimos são o principal fornecedor de armamento da Arábia Saudita, apesar de terem diminuído esse fornecimento devido às acusações das Nações Unidas contra o governo saudita no que toca a vidas civis postas em causa.



Fig. 3: Mapa e situação geopolítica do Iémen; Baha'i World News Service

⁸- Informação disponível em : <https://www.publico.pt/2020/04/08/mundo/noticia/covid19-coligacao-saudita-preparase-cessarfogo-yemen-1911628>

⁹- Informação disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/04/saudi-uae-coalition-declares-2-week-unilateral-ceasefire-yemen-200408185013981.html>

No entanto, essa diminuição de financiamento de armas tem-se mostrado pouco significativa ao ponto de colocar um ponto final aos ataques aéreos organizados pela coligação internacional liderada pelos sauditas.

A Guerra que não deve ser Esquecida

À parte do destaque da geopolítica do Iémen, dos interesses internacionais e internos, e dos graves problemas recorrentes e causados pela guerra, conseguimos entender que sim, no fundo, o grande epicentro deste conflito são as grandes divergências entre os principais grupos religiosos do Islamismo, que compõem as duas coligações que se debatem no desenvolvimento deste fenómeno. Por um lado, o presidente Hadi (pertencente ao grupo Sunita) é apoiado pela Arábia Saudita, que compõe a coligação com outros países de maioria sunita, como os Emirados Árabes Unidos e o Kuwait. E, pelo outro lado, temos os Houthis, apoiados pelo Irão, um país de maioria xiita. Os desentendimentos no seio da Religião e da Cultura são aqui o factor que dá espaço para as disputas que assistimos atualmente, e que para um conflito concentrado num determinado espaço reflita as tensões entre governos de países alheios, que espelham as suas diferenças na guerra.

Esta guerra civil é a resposta para as perguntas apresentadas inicialmente. Um atrito que começou no ano de 632 com a morte do grande Profeta na cidade de Medina tem graves consequências passado quase um milénio e meio. Não só no Iémen, mas são vários os países que, a partir da Primavera Árabe em 2011, viram o seu país preso no caos e na fome, dando origem a fluxos migratórios e de refugiados nunca antes vistos. São pessoas que procuram uma vida digna e melhores oportunidades, uma vez que ninguém escolhe nascer no meio de um fogo cruzado.

O Islamismo não é a única religião no mundo com vários grupos e “ramos” dentro de si, como é óbvio. Dentro do Cristianismo, por exemplo, conseguimos encontrar vários tipos de fiéis que, apesar de crerem em ideais por vezes distintos, conseguem atingir um respeito mútuo e coexistirem no mesmo espaço e com as suas divergências, tal como acontece no Judaísmo ou no Budismo. Devotos a um só propósito, apesar de ser a religião ou a cultura que regulam os valores de uma sociedade, as mesmas não devem ser a causa de uma guerra. Num parecer mais pessoal, uma vida é sempre mais valorizada do que os ideais em que cada grupo acredita. Todas as discordâncias devem ser ultrapassadas, para se alcançar a paz e se dispor das condições

necessárias para um estado se reerguer e proporcionar o controlo do seu território e do seu povo, encontrando a estabilidade e a paz dentro das suas fronteiras.

Considerações Finais

Concluindo, não é demais realçar e sublinhar que esta guerra causou uma crise humanitária sem precedentes e sem um fim à vista. As disputas territoriais e pelo poder perduram, alimentadas pelas potências regionais, a par das coligações internacionais, que se debatem num braço de ferro duro e perigoso no Iémen, um país que, a nível geopolítico, tinha tudo para vincar na comunidade internacional e prosperar.

A religião ou a cultura são áreas de qualquer sociedade que juntam e unem o seu povo, além de muitas das vezes juntar a população de um país enquanto nação. No Iémen, não vemos isto. A luta entre Xiitas, Sunitas, separatistas do sul ou apoiantes do governo deve ser terminada, usando as coligações internacionais como meio de intervenção nesta região cujo estado é já incapaz de voltar a reerguer e unificar o seu país.

Rafael Fonseca





Irene Rodrigues é
Doutorada em
Antropologia,
especialidade

Antropologia da Religião
e do Simbólico (Flows of
Fortune: the Economy of
Chinese Migration to
Portugal, (ICS, ULisboa),
mestrado e licenciatura
em Antropologia (ISCSP,
UTL). Foi bolsista do
Instituto Camões e do
governo da RPC na
Universidade Beiyu,
Beijing, 1999-2001.
Professora Auxiliar e
Coordenadora da Pós-
Graduação China
Contemporânea no
ISCSP, Universidade de
Lisboa.

É Investigadora em vários
projetos financiados
sobre migrações e autora
de uma biblioteca robusta

“O erro de Weber ou nem por isso?: olhando para a China Antiga e para as cosmologias em busca de pistas sobre as relações no mundo”

Em 2010, durante uma viagem de comboio de Wenzhou para Xangai mantive uma conversa com um jovem adulto chinês, que penso que sumariza algumas ideias sobre a importância do longo percurso da China até à atualidade. Este homem já estava sentado a meu lado há algumas horas quando, finalmente, decidiu iniciar uma conversa comigo depois de inadvertidamente ter entornado chá sobre os meus pés. Apesar de ter aprendido inglês, ele sentia-se mais confortável a falar comigo em chinês. Durante algum tempo, falámos sobre as mudanças que ocorreram na China Continental na última década, reconhecendo essencialmente o desenvolvimento económico e de infraestruturas. Embora o meu interlocutor reconhecesse o imenso progresso alcançado na China durante este período, ele parecia bastante insatisfeito. Pois considerava que ainda havia muito a ser feito noutras áreas. E apontando para o livro sobre religião popular chinesa que eu segurava nas mãos exclamou: “Esse é o problema da China. Por fora somos muito diferentes, mudámos muito, temos mais coisas, coisas modernas, como comboios rápidos e casas modernas, mas por dentro continuamos os mesmos. E isso é por causa de Confúcio.”

Na minha opinião, estas palavras apontam para o predicamento da China moderna e contemporânea. Desde o início do debate sobre a modernidade na China, a incorporação da materialidade ocidental tem sido vista como não representando uma ameaça real à visão chinesa de mundo (Schwartz 1986; Mitter 2004), sendo inclusivamente desejável desde que o pensamento chinês seja de alguma forma preservado. A singularidade do pensamento chinês e as suas raízes

e desenvolvimento a partir da China Antiga, tem sido como uma bússola, nem sempre visível, quando se trata da procura da dimensão chinesa na sua própria versão da modernidade. É na China anterior ao Império, que teve início em 221 a.C. na última fase da Dinastia Zhou, que vamos encontrar as raízes dos valores éticos fundamentais à organização da sociedade e do Estado Chinês já durante o Império e até ao século XX.



Max Weber, um dos grandes pensadores sociais da segunda metade do século XIX e início do século XX, cedo se apercebeu da fundamental relação entre a organização de uma sociedade, o Estado e os seus valores éticos, como tão notavelmente o demonstrou em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1992[1904]). O próprio Max Weber ficou intrigado com o caso chinês no seu tempo tendo escrito o menos conhecido *The Religion of China: Confucianism and Taoism* (1968[1915]). Aqui Weber analisou as instituições sociais, políticas, económicas e religiosas chinesas para demonstrar como as religiões chinesas e as características patrimoniais do estado chinês não favoreciam o desenvolvimento do capitalismo.

Porém, como C. K. Yang reconhece na introdução inglesa do livro (Yang, 1968), o facto de Weber se basear principalmente nos clássicos chineses e não considerar as mudanças absolutamente cruciais que estavam a ocorrer na China já nessa época, impediu-o de ver um pouco mais longe. Se Weber tivesse vivido o suficiente para chegar ao final do século XX, provavelmente ficaria surpreso ao descobrir como o estado chinês abraçou a economia de mercado com grande sucesso para o desenvolvimento da economia chinesa e como o povo chinês é capaz de fazer declarações éticas a partir da acumulação de riqueza (Rodrigues 2013). A China contemporânea também teria surpreendido os intelectuais chineses do final do século XIX para quem as sociedades ocidentais foram concebidas como baseadas no “culto ao dinheiro” e na “busca de lucro” e caracterizadas por um ódio à ética (Teng e Fairbank 1982). O meu objetivo em trazer esta questão aqui não é fazer uma comparação entre a ética chinesa e a ética protestante, nem expor uma suposta falha na abordagem da teoria de Weber à China, antes gostaria de enfatizar o caráter altamente imprevisível da mudança social e cultural nas sociedades humanas e o papel do processo histórico. Porém, como argumentei noutro texto (Rodrigues 2013), a noção chinesa de modernidade é permeada por uma lógica cultural chinesa, que deve ser vista como flexível e ajustável

e não necessariamente entendida nas suas formas históricas mais rígidas, como fez Weber. Acredito que as lições tiradas de como a China foi entendida no final do século XIX e a sua situação atual demonstram como as grandes mudanças sofridas pelo país durante esse período são indicativos de que a mudança histórica é uma das principais forças propulsionadoras dessas transformações. Porém, subjacente ao processo histórico existe uma lógica que atribui ordem a eventos aparentemente caóticos e a elementos desagregados, e que explica a maneira como a China se reconstituiu após essas grandes mudanças. Da Col e Humphrey (2012) sublinharam a importância das cosmologias em projetos económicos numa variedade de contextos etnográficos. À medida que o poder económico mundial muda, a exploração de novas ideias e conceitos para entender a China e a sua relação com outros estados num mundo global, bem como a organização e o processo social e cultural na sociedade chinesa, não podem deixar de lado o longo processo de integração cultural da China. Como o meu companheiro na viagem de comboio expressou, apesar de toda a transformação material e desenvolvimento económico, Confúcio continua lá. Restamos descobrir de que forma.



Irene Rodrigues



O Francisco Carneiro é aluno do 2º ano da Licenciatura em Relações Internacionais, no ISCSP. Considera-se uma pessoa criativa, crítica e dinâmica e, como tal, tenta levar essas características para todos os seus projetos. Questões transnacionais, como a segurança, a saúde e a geopolítica da Ásia e Oceânia são algumas das suas principais áreas de interesse.

O Valor de um Sistema Nacional de Saúde

China como caso paradigmático da importância do fator cultural no processo de desenvolvimento de políticas públicas de saúde.

Num mundo globalizado onde um indivíduo consegue deslocar-se do seu país para o antípoda em menos de um dia, é importante compreender alguns dos problemas que podem estar associados a isto. Um deles é a propagação de doenças infecciosas. Como tal, assemelha-se relevante analisar como estas fragilidades da saúde global podem emergir, especialmente na região mais populosa do mundo. Estatisticamente, 61% das doenças infecciosas que chegam ao ser humano derivam do contacto com animais domésticos e selvagens (McMichael, 2015). Portanto importa esmiuçar o aumento da relação de dependência e abuso do Homem para com o meio que o rodeia.

Uma linha de raciocínio que importa ter em conta é a seguinte: O desenvolvimento económico e a procura pela multiplicação do lucro são, genericamente, as principais razões para a sobre-exploração dos recursos. Por outro lado, é, também, a capacitação económica que alimenta o crescimento populacional e a elevação dos padrões mínimos de vida. Mais tarde, a sobrepopulação agrava o consumo de recursos, que devem ser rentabilizados de modo a reduzir os impactos económicos e sociais da sua escassez. Ora, ao falarmos de gestão de recursos, sobrepopulação e desenvolvimento económico, o sudeste asiático assume-se como a melhor região para estudar estes fenómenos e como se tornam fatores de risco para a saúde.

Desdobrar e rematar esta proposta requer uma análise multidimensional que, neste caso, se assumirá pelo enquadramento político, económico e histórico-cultural do problema das doenças endémicas e epidémicas como fragilidade de um Estado tão prepotente como a China.

Desenvolvimento Inconsciente

Compreender os fenómenos económicos, políticos e sociais que se vão desenrolando no espaço do sudeste asiático passa, em larga medida, por assinalar o enquadramento histórico da ascensão dos Estados mais orientais deste vasto continente. Destarte é impossível não mencionar o paradigma desenvolvido na década de 30 por Kaname Akamatsu (The New York Times, 2010). Até ao início do presente século “O voo dos gansos” descreveria corretamente o poderio geoeconómico emergente dos países na dianteira do V, economias estas que faziam do sudeste asiático o foie gras dos investidores e de cadeias globais de valor. Todavia da retaguarda do fluxo de ar que alimentava aqueles que viriam a ser os membros da ASEAN voaram dragões. Esta efabulação serve para retratar o boom que se deu em países como a China, que viram a sua população, economia e preponderância no sistema internacional aumentarem.

Não descurando os atores que também tomam um papel neste retrato, a República Popular da China é dos melhores case studies para observar as consequências intraestatais do crescimento populacional e económico acelerado, que se generalizou no sudeste asiático. É essencial, ainda, compreender que o desenvolvimento deste país foi levado a cabo conjugando as suas potencialidades internas e os

paradigmas da sociedade ocidental, principal influência no sistema internacional de então.

Assim, conjugando as suas exigências internas e as formas mais eficientes de gerar lucro, a China optou por se desenvolver a ritmos diferentes, ao modelo de “Um país, dois sistemas” (China Daily, 2004). Ao crescer de forma conscientemente desigual, a R.P.C. criou fenómenos demográficos e políticos diferentes.



Fig. 1: *via The Wall Street Journal*

Como tal, nos grandes centros urbanos, onde mais mão-de-obra era pedida, a população cresceu exponencialmente. Obviamente, isto representou uma oportunidade de aumentar ainda mais a competitividade chinesa face às diferentes economias em alta no globo. Começou a afigurar-se, portanto, mais vantajoso dar resposta aos problemas nos grandes distritos urbanos.

Por outro lado, as regiões férteis do norte e interior chinês tornaram-se nos celeiros que serviriam para alimentar a verdadeira economia emergente do país (Dazhong Wen, 2001).

Com isto, o abismo que fronteirava a China próspera da China de poucos recursos pareceu aprofundar-se. Não era apenas a quantidade de oportunidades que mudava de região para região, era a própria qualidade de vida e os recursos.

No final do século XX o modelo de Deng Xiaoping pareceu ter criado dois países diferentes regidos sob o mesmo sistema. Para além de sistemas económicos diferentes, também os planos sociais eram distintos. O que concretiza isto mesmo é a alocação de fundos no âmbito de políticas de saúde. Mesmo em 1950, quando se inicia uma campanha de massificação de serviços primários de cuidados de saúde, a própria quantidade e qualidade de profissionais disponíveis na grande porção de território rural chinês era inferior àquelas dos polos urbanos (Sood, A Brief History of the Health Systems in China and India, 2008). Previsivelmente, as populações nas regiões menos desenvolvidas passariam a encontrar-se à mercê do que o meio lhes poderia proporcionar para sobreviver, tanto em termos alimentares como medicinais. Por exemplo, a caça a espécies exóticas de animais, ora para consumo ora para cura de maleitas, dá-se início nestas zonas, que também se assumiam como fronteira entre o espaço do Homem e a flora mais densa e rica em diversidade animal. Logo aqui deparamo-nos com inúmeras variáveis a ter em conta.

China Rural	China Urbana
Economia Primária assente na Agricultura	Economia de Especialização Industrial e Diversificação de Serviços (Sousa, 2017)
Pobreza e Subdesenvolvimento	Acumulação de Capital
Subsistência à base do Solo (Setor Primário)	Subsistência no Mercado Internacional (Setor Secundário e Terciário) e Recursos enviados do meio rural.
Falta de Especialização Técnica	Vasto Mercado Técnico Competitivo
Oferta de Cuidados de Saúde Primária	Oferta de Cuidados de Saúde Diversificada e Especializada

Fig. 2: Dois sistemas por Deng Xiaoping

Por muito que a China tenha evoluído e os seus decisores políticos tenham tomado abordagens diferentes, este *modus operandi* marcou, positivamente e negativamente, a estrutura vindoura da R.P.C. O processo de crescimento populacional que este alimentou representou, logicamente, o aumento da proporção de recursos a serem alocados para sustentar uma sociedade próspera. Mais uma vez estando esta ideia de prosperidade vinculada aos polos urbanos, foi para lá que o desenvolvimento dos serviços de saúde foi direcionado, bem como os produtos da produção alimentar sediada no meio rural.

Para conseguirem dar resposta às necessidades do mercado de consumo alimentar dos grandes aglomerados populacionais, os produtores no setor primário encontravam escassas oportunidades de abandonar o ciclo vicioso de subdesenvolvimento e as *poverty traps* (Jyotsna Jalan, 2002). Isto viria a reforçar o espírito de isolamento e de segregação territorial, quase administrativa.

Esta conjuntura de disparidades profundas apenas conseguiu ser equilibrada pela materialização das teorias do comunitarismo confucionista, ao se assegurarem um conjunto de serviços mínimos que elevassem os padrões de qualidade de vida nestas regiões. Neste sentido, a forma como os serviços de saúde e educação para esta estariam organizados ficaram bastante dependentes das condições específicas de cada região rural (Hong Wang, 2009). Obviamente, a precariedade desta oferta de serviços não era capaz de lutar contra doenças endémicas.

Por muito que se argumente que a robustez de uma economia costuma ser acompanhada de um maior investimento em políticas sociais, na China isto não se verificou (especialmente no âmbito da saúde pública). Apesar do PIB per capita chinês ter vindo a aumentar desde a década de 70, a contribuição do Estado no seu sistema nacional de saúde vai diminuindo. Assim, a R.P.C. acaba por optar por deixar os serviços de saúde ao encargo dos seus consumidores,

orientando o seu sistema de saúde para a modalidade de *Out of Pocket*.

O significado de um sistema de saúde

Previsivelmente, a gestão da oferta de cuidados de saúde era feita assimetricamente entre o meio urbano e o meio rural. Nos distritos de grandes cidades tanto os gastos como a alocação de fundos eram calculados pelo governo, o que acabava por criar menor pressão sobre os cidadãos destas regiões. Em contrapartida, a organização comunitária era a pedra angular para o asseguramento de cuidados de saúde, ainda que primários, na China interior. (Sood, *A Brief History of the Health Systems in China and India*, 2008)

Se nem tanto se conseguiriam obter serviços especializados nos distritos menos desenvolvidos, também nestes não se levava a cabo uma análise extensiva das condições sanitárias dos cidadãos aqui. Isto acaba por gerar impactos nas próprias cidades já que estas necessitam dos produtos produzidos nestas regiões com saídas de bens do setor primário.

A verdade é que tanto da década de 70, na de 80 (década em que a OMS louvou o trabalho da R.P.C. para a universalização dos cuidados de saúde primários) ou já no século XXI o governo chinês tem assentado as suas políticas nos princípios de

prevenção, cuja aplicação estima-se menos dispendiosa. Estes passam pela identificação de possíveis focos de doenças endémicas e epidémicas, que podem assumir efeitos avassaladores num país sobrepopulado. Infelizmente se existem coisas difíceis de prever são as mutações de vírus em famílias como coronavírus ou influenza. Realmente, em situações de emergência de doenças com elevados rácios de propagação, torna-se proveitoso ter já enraizado na sociedade fortes valores de educação para a saúde e estruturas robustas e amplas no sistema de saúde.

Por outro lado, seria redutor esperar que estas conclusões não tivessem sido tomadas pelo próprio Estado. Constatando os custos de assegurar um sistema de saúde tão coeso e abrangente, o governo chinês legalizou a privatização dos cuidados médicos, abrindo mais espaço para a modalidade de saúde *Out Of Pocket*.

Dos quatro principais modelos de implementação de um sistema de saúde (Modelos de *Beveridge*, *Bismarck*, *Sistema Nacional de Saúde* e *Out of Pocket* (PNHP, s.d.)), aquele que foi adotado no final do século XIX pela R.P.C. é o mais liberal de todos. Apesar de com o modelo OP se reduzirem as despesas gerais do Estado, os preços dos serviços de saúde têm tendência a subir dada a abertura à competitividade de mercado que é dada. Ademais, o Estado chinês fez questão de apresentar limites aos preços

que farmacêuticas ou clínicas pretendessem fazer em medicamentos ou procedimentos médicos, o que viria a causar efeitos adversos. (Sood, *Policy Levers of Health Systems in China and India*, 2008).

A realidade é que este tipo de políticas alimentam um problema cada vez mais global, que Mansbach e Rafferty definiam como *Medical Tourism*. Este fenómeno é consequente do desejo de aumento de lucros com a prestação de cuidados de saúde. Destarte, assistimos a um magnetismo de pacientes de países ricos, que vêm até os novos centros médicos privados e especializados que se formam em países como a China ou a Índia. Este *Medical Tourism* torna-se num fator desestruturante pelo facto de não servir os nacionais vítimas da distribuição de riqueza menos equilibrada, acabando, aliás, por alargar o hiato entre classes mais abastadas e pobres, entre os polos urbanos e a China rural. (Richard W. Mansbach, 2008)

Ora, se tivermos em conta que os agregados familiares no meio rural do país ainda estão presos nas *poverty traps*, estes seriam os mais prejudicados com a liberalização e privatização dos sistemas de saúde, mesmo tendo em conta as *price caps*. De acordo com a OMS, um aumento de 1% na quota da modalidade *Out of Pocket* na totalidade do consumo de serviços de saúde pode aumentar, pelo menos, 2.2% dos gastos de um agregado familiar neste setor (Wei Fu, 2018).

Com efeito, o modelo OP é usado em países pobres demais ou com demasiadas dificuldades de organização para oferecer qualquer tipo de sistema de saúde.

Afastando-se o governo chinês da resolução dos problemas latentes no seu território, com características de país em desenvolvimento, doenças endémicas como a Encefalite Japonesa ficam a aguardar um combate mais ostensivo. Efetivamente, é importante lembrar o facto do interior da China conferir a este país o estatuto de país em desenvolvimento ainda no início deste século. Robin A. Weiss e Anthony J. McMichael apontam que a emergência de doenças infecciosas está iminentemente vinculada a países nesta situação (McMichael, 2015).

Com tudo isto se desenha uma imagem frágil do Estado chinês para resistir a qualquer grande obstáculo que o surgimento de uma patologia epidémica apresente à economia e ao seu sistema de saúde cada vez mais exclusivo. Já no início do presente século se começava a verificar uma maior afluência de pacientes ao mercado negro de modo a obter medicamentos e serviços, ainda que com piores condições sanitárias.



Fig. 3: Hospital Local na Índia, *via The New Indian Express*

Period	Indicators	China
Late 1940s to early 1980s	Strategies or policies	Priority given to preventive care and health education
	Providers or entities	Completely publicly owned; CMS delivers care in rural areas; a three-tiered system is established
	Health gains	Substantial
Early 1980s to early 2000s	Disease trend	Chronic diseases replace infectious diseases as top causes of death; aging population
	Providers or entities	CMS collapses; emerging privatization
Early 2000s to present	Policy context	Health system reform

Fig. 4: History of Health Systems in China and India (Sood, *A Brief History of the Health Systems in China and India, 2008*)

A avalanche chega quando se dá o surto pandémico do vírus H5N1 e H7N7, também conhecidos como Gripe das Aves. A pandemia que viria a gerar bastante turbulência no “Voo dos Gansos” foi, quatro anos depois, acompanhada pela proliferação do Influenza A H1N1, ou Gripe Suína. Importa identificar que ambos os surtos tiveram origem em explorações intensivas de gado. Hoje os vírus H5N1 e H7N7 são caracterizados como doenças endémicas do sudeste asiático e já verificam mutações (Zhou, 2020).

Com o sistema de saúde descredibilizado e profundamente abalado em virtude da sua falta de preparação para este tipo de problemas, o Comité Central do Partido Comunista Chinês e o Conselho de Estado apresentaram, em março de 2009, intenções de levar a cabo uma reforma profunda no sistema central de saúde (BMJ, 2019). Tentando cumprir o objetivo universal de qualquer sistema de saúde (reduzir os impactos e custos económicos de qualquer doença). Apresentaram o projeto de fortalecer as provisões de medicamentos essenciais, segurança sanitária

(especialmente em relação a produções animais) e o acesso a cuidados de saúde.

O plano de concretização executar-se-ia em dois momentos principais. Até 2020 o Estado chinês compromete-se a trazer cuidados de saúde essenciais a

todos os cidadãos (problema que já estaria supostamente resolvido na década de 80). A verdade é que a recente pandemia SARS-COV-2 serviu de prova de fogo a tudo o que havia sido construído até aqui e poderemos dizer que apesar da sobrecarga do sistema, o governo conseguiu estar à altura. Efetivamente, somente uma modalidade de organização do plano de saúde nacional onde o Estado tem um papel determinante permite a construção de um hospital especializados em 10 dias. A própria posição de Li Bin, atual Diretor da Comissão Nacional de Saúde, demonstra como a centralização dos sistemas de informação num sistema de saúde por contribui para assegurar respostas mais

coesas e rápidas a estes Cisnes Negro (BBC News, 2020).

Por outro lado, é verdade que grande parte da mobilização de recursos continua a ser direcionada aos distritos urbanos. Com isto apenas se atrasa um problema que se poderá repetir. No caso do surto de SARS-COV-2, a infeção de espécies animais no mercado vivo de Wuhan (possível origem do foco de propagação) poderia ter sido evitada ou, pelo menos, melhor controlada, reforçando princípios de educação para a saúde e implementando regulação mais rigorosa no âmbito de normas sanitárias. Seria, concomitantemente, aceitável afirmar que a extensão de melhores padrões sanitários até ao meio rural, onde muitas das espécies são produzidas ou capturadas, surtiria um melhor efeito de prevenção, a montante da catástrofe.

De qualquer modo a R.P.C. ainda se compromete a elevar, até 2030, a qualidade dos seus serviços de saúde públicos, aproximando-se de países mais desenvolvidos. O plano

Strategic goals	Fields	Core indicators
Continuously improved population health Key health risk factors under effective control	1. Health level	Life expectancy at birth Infant mortality rate Under-5 mortality rate Maternal mortality rate Proportion of people meeting the national physical fitness standard
	2. Healthy life	Level of health literacy in the population Number of people taking physical exercise
Increased capacity for healthcare service delivery Expanded healthcare industry	3. Health services and security	Premature mortality from main non-communicable diseases Number of registered doctors and nurses per 1000 population Percentage of out-of-pocket expenditure in total health expenditure
Better developed institutional arrangements for health promotion	4. Healthy environment	Percentage of days with good air quality in cities at the prefecture level or above Percentage of surface water at or above level III
	5. Health industry	Total size of the healthcare industry

Fig. 5: Framework of Healthy China 2030 (Wei Fu, 2018)

Healthy China é ambicioso mas destaca-se por prestar atenção a possíveis problemáticas derivadas da industrialização (Wallace, 2013), das alterações climáticas e ao aumento gradual do risco de surtos pandémicos (Wei Fu, 2018).

Fatores de Risco na

Cultura?

Afirmar que uma cultura pode ser intrinsecamente mais propensa a desenvolver fatores de risco perante a estabilidade de um Estado e a saúde global pode ser controverso. Porém, aquilo que se está a por aqui em causa são as idiossincrasias históricas e sociais da China, que acabam por moldar a sociedade chinesa. Dando especial atenção aos princípios da abordagem One Health, que curiosamente não tem programas a decorrer com a OMS na China (One Health Network, s.d.), importa identificar as possíveis interações dos comportamentos generalizados da sociedade com situações de risco de zoonoses (Chris Degeling, 2019)

Primeiramente, em virtude do crescimento populacional acelerado, a indústria de produção animal cresceu exponencialmente desde o fim da segunda metade do século XX. Isto materializou-se na multiplicação de pontos de concentração, também cada vez maiores, de espécies de aves e gado bovino e suíno, por exemplo. Tendo em conta os objetivos comuns de capitalização das produções e a

regulação sanitária ténue do Estado chinês, até ao momento, os riscos de propagação de doenças entre as espécies animais e, possivelmente, para os produtores agrava-se. Foi, na verdade, assim que os surtos de H5N1 e H7N7 realizaram o processo de zoonose.

Sendo que este tipo de indústria continua a ser essencial, é fulcral instruir os principais visados dos problemas sanitários hipoteticamente advindos destas produções. Assim, a educação para a saúde torna-se crucial para assegurar a resposta comportamental adequada à emergência de um surto epidémico. Os melhores exemplos que ilustram isto são as interações entre a população e o Estado durante a crise do Coronavírus na China e na Índia. Enquanto a sul dos Himalaias as forças policiais tiveram de recorrer a métodos menos convencionais para levar os cidadãos a cumprir com as normas de isolamento social e do governo, na China a globalidade da população compreendeu e acarretou as ordens de prevenção e atenuação dos impactos da COVID-19.



Fig. 6: *via (NBC News, 2020)*

Em segundo lugar, é importante referir o processo de aceitação do consumo de espécies exóticas

que veio a suceder desde a segunda metade do século anterior. Como consequência da fome agravada que se verificava na China da década de 70, o regime comunista chinês viu-se obrigado a liberalizar e permitir a privatização das produções na indústria animal (Vox, 2020). Com isto, as maiores empresas tomaram conta dos setores tradicionais mas as populações mais pobres viram-se obrigadas a recorrer a espécies como cobras ou morcegos e tartarugas. Mais tarde, o Estado chinês acabou por apoiar e incluir o consumo e produção destas espécies diferentes no comércio tradicional. Todavia este era ainda um setor do mercado com condições precárias de legislação.

A periculosidade destas produções surge quando num só espaço se juntam espécies diferentes de animais, como patos e pangolins. Este torna-se o cenário perfeito para incubar doenças ou vírus capazes de progredir entre famílias diferentes de animais e, eventualmente, para o Homem. Terá, na verdade, sido esta uma das causas do primeiro surto de SARS-COV e, recentemente, do SARS-COV-2.

Com isto não podemos deixar de referir a quantidade e as dimensões de wet markets. Em si, um mercado deste género não representa uma ameaça à saúde pública (Ben Westcott, 2020). O problema está nas dimensões e tipos de comércios que são permitidos nestes mercados de produtos perecíveis (peixe, carne, fruta,

perecíveis (peixe, carne, fruta, laticínios...). No caso do mercado de Wuhan, estamos a falar de um espaço comercial com 50 000 metros quadrados e onde pessoas e animais vivos (muitas das vezes em condições sanitárias precárias) conviviam. Quando cheios, estes tipos de estabelecimentos albergam centenas de pessoas e centenas de animais que chegam de produções intensivas de espécies para consumo. No caso de se trazerem para aqui espécies de aves contaminadas com os H5N1 ou H7N7, é muito fácil este chegar aos consumidores sem ser imediatamente detetado.

Aquando da epidemia SARS-COV o governo chinês proibiu a comercialização de algumas destas espécies mas acabou por voltar a admiti-las nos mercados, sem acrescentar mais legislação. Já no segundo surto do vírus desta família o mesmo se parece verificar. O que importaria aqui seria acompanhar mais os processos de consumo destes produtos e limitar tudo o que sucede nos mercados vivos.

Por outro lado, deveremos ainda ter em conta a existência de mercados ilegais onde estas espécies ou outras, como tigres, são comercializadas para os mesmos fins mas, também, medicinais.

Num cenário onde o Estado não pode controlar os comportamentos da sua sociedade afigura-se fundamental educar para a saúde e cidadania. Isto faz ainda mais sentido para a China e demais países do

sudeste asiático, como a Índia, que têm um longo caminho a percorrer e que se enquadram na região que a OMS apontara como o “next ground zero” (Caballero-Anthony, 2009) de perigosas mutações virais.

Idealmente, se o esforço coletivo não fosse suficiente para travar o avanço de uma epidemia ou limitar a infeção por doenças endémicas como a Encefalite Japonesa, um sistema central de saúde universal e acessível poderia servir como último braço armado destes Estados sobrepovoados contra profundas repercussões nas suas estruturas socioeconómicas.



Fig. 7: Mao Tse-Tung's “Four Pests”
via Discover

Conclusão

Ao longo desta análise ficou mais do que claro que os comportamentos sociais afetam as estruturas dos Estados e importam quando falamos de questões de saúde pública. Do mesmo modo, se observa que as opções políticas dos governos têm repercussões profundas na sua sociedade. Assim, é importante que um Estado

importante que um Estado trabalhe, obviamente, para a sua economia mas, talvez ainda mais importante, trabalhe para os seus cidadãos.

Face ao exposto constatamos a importância de um sistema nacional de saúde, quer seja no oriente como no ocidente, quer seja na China e na Índia quer seja nos EUA. Por muito que estas estruturas acarretem custos mais alargados aos Estados, são também estas que vão melhor servir a sociedade e o país em momentos de crise. Aliás o que ilustra melhor isto é a resposta ineficaz de um país como os EUA (que continua a apostar na liberalização e privatização do seu sistema de saúde e na flexibilização de políticas de educação para a saúde) e o trabalho intensivo que a China empregou para controlar a COVID-19.

Por fim, dever-se-á notar que nem tanto se deve tentar moldar a cultura do próprio Estado mas, sim, fomentar nesta um bom equilíbrio com os melhores valores de saúde pública e cidadania. Não será, mais tarde, a tradição chinesa de cortesia por vénia que impedirá a proliferação de pandemias. Do mesmo modo, não poderá o contacto mais físico dos ocidentais em momentos de saudação



Fig. 8: One Health via BMC

explicar o facto do SARS-COV-2 se agravar nesta parte do mundo (Salmon, 2020).

As campanhas de educação para a saúde, cujos frutos apenas se colhem mais tarde, são essenciais para disseminar entre a população hábitos importantes em situações de risco. Poder-se-á dizer que este tipo de políticas de médio/longo prazo são as que melhor se alinham com os interesses económicos de um Estado. Isto porque não só estará a preparar a sociedade para uma ameaça ao desenvolvimento da economia como, também, não gera impactos diretos nos sentimentos de segurança da população. Realmente, a mais recente pandemia mundial põe tudo isto em causa e volta a abrir o debate para a reformulação do conceito de segurança.

Infelizmente, grande parte das constatações aqui apresentadas poderiam já ter sido feitas e implementadas aquando da publicação da abordagem One Health. Hoje vemos países como a China a tentarem adaptar os seus projetos de sistemas de saúde aos desafios enumerados nesta peça de trabalho essencial para a elaboração de políticas de saúde pública, mas quais foram os custos desta resposta tardia? Por muito que o presente texto faça uma análise desta problemática na R.P.C. a verdade é que falamos de um problema universal, uma questão transnacional que pede a colaboração de Estados e culturas, de pessoas coletivas e indivíduos. Organizações não governamentais deste âmbito deverão receber mais reconhecimento e apoio. Do mesmo modo se deverão adensar as redes de cooperação entre Estados.

Francisco Carneiro





Sandra Maria Rodrigues Balão é Professora Associada (área científica e disciplinar de Estratégia) do ISCSP - Universidade de Lisboa. É Licenciada em Gestão e Administração Pública, Mestre em Ciência Política e Doutora em Ciências Sociais pela mesma instituição. Tem desenvolvido investigação sobre a região do Ártico, com um foco nas temáticas e questões da geopolítica, geoestratégia e segurança. É Auditora de Defesa Nacional desde 2010 (CDN2010), *Fellow* da Salzburg Global Seminar e membro da TN on Geopolitics and Security (NRF/UArctic), ISA e IPSA.

A Belt and Road Initiative no “jogo” estratégico global

Muito se tem escrito sobre a One Belt One Road Initiative, pelo que a tarefa de analisar a sua relevância num mundo profundamente marcado pelos efeitos da Globalização - entendida numa aceção que oferece aquela que é a percepção generalizada, que a entende como representando “*a crescente amplitude, profundidade e celeridade das interações mundiais em todos os aspetos da vida social contemporânea, desde o âmbito cultural ao criminal, do financeiro ao espiritual ou, ainda, o aumento contínuo das interações económicas, sociais e culturais transnacionais que ultrapassam as fronteiras dos Estados do mundo, com a ajuda dos avanços tecnológicos*” (Balão, 2014, p.227) – se apresenta hercúlea.

Há muito que a perspectiva regional inicialmente associada a esta iniciativa foi ‘ultrapassada’, ‘substituída’ por uma outra de alcance global, planetário ou, até mesmo, exoplanetário. Aliás, a própria designação “Initiative” não é casual, ou sequer, neutra. Na realidade, a mesma permite – em termos de construção discursiva – manter o ‘tom’ do discurso fora daqueles que, tradicionalmente, tendem a ser percebidos como ameaçadores ou arriscados.

A escolha do Governo de Pequim encerra, em si mesma, uma opção geopolítica e geoestratégica de grande amplitude e profundidade na exacta medida em que, se analisada” sem ódios nem paixões” (como diria o Professor Adriano Moreira), obriga qualquer estudioso e ou investigador a resistir ao discurso médio divulgado pelos media e pelos documentos institucionais – quer do Governo, quer das Agências, Institutos ou outras organizações como

Think Tanks, por exemplo – e a assegurar o sempre necessário exercício do contraditório, na constante busca pela sucessiva aproximação à ‘verdade’.

Usualmente associada à rota marítima, designada ‘New Maritime Silk Road’, a OBOR é muito mais ambiciosa. De facto, ela estende-se por via marítima estabelecendo a ligação entre os Oceanos Pacífico e Índico, e o Mar Mediterrâneo (como podemos observar na figura 1), tornando evidente que hoje e no futuro, tal como no passado, as rotas marítimas parecem assumir um papel determinante no jogo do Poder à escala global. Ela expande-se de Este para Oeste, do extremo oriental do globo terrestre ao (quase) extremo ocidental: aqui se encontra projectada a rota terrestre, a ser materializada em corredores económicos distintos, alguns deles sob a forma de eixos rodoviários

enquanto outros sob a forma de caminhos de ferro, que se estendem pela Ásia central, Europa e África. O documento institutivo da Iniciativa Rota Marítima da Seda da China para o Século XXI define como objectivo central impulsionar a conectividade entre a China, o Sudeste e o Sul da Ásia, África Oriental e Europa, como parte da OBOR (Cfr. Figura 1, abaixo).

Mas, na verdade, e a nosso ver, a iniciativa chinesa OBOR encerra em si, em termos de projecção mas, também, de materialização, uma das (até aqui, pelo menos) maiores surpresas da história da humanidade. Desde logo, porque o ano em que o projecto OBOR é anunciado coincide com a admissão da China a Membro com o Estatuto de Observador Permanente do Conselho do Ártico – instituição criada em 1996 pelo tratado de Ottawa, de carácter regional e responsável pela Governance

do Ártico mas que, por força dos sucessivos ‘alargamentos’ a que tem vindo a assistir, sobretudo no último decénio, se tem vindo a transformar progressivamente numa organização de carácter iminentemente internacional. É caso para se questionar até que ponto esta organização não funcionou para a China como um autêntico ‘cavalo de Tróia’... Aparentemente, sim.

O grande actor do Oriente parece ter estado apenas ‘à espera’ do resultado favorável à sua pretensão para, em seguida, avançar para a implementação da sua estratégia e ‘imiscuir-se’ nos assuntos da região, argumentando a favor (até) de uma ‘leitura’ dos assuntos daquela como se de um Global Common se tratasse. Tal permitiria, entre outros objectivos, que todos os actores da cena política mundial estariam, à partida, em igualdade de circunstâncias no acesso aos e exploração dos recursos da região. Assim, também a questão das fronteiras, designadamente as dos Estados costeiros, fixadas desde há muito, iriam ver-se postas em causa. Com elas, a delimitação das respectivas Zonas Económicas Exclusivas, assim como as submissões e apreciação dos pedidos de reconhecimento da extensão das plataformas continentais, perderiam razão de ser. Tal não se verificou, como se sabe. Por isso, em termos de acção política, o Governo de Pequim parece ter decidido optar pela via subversiva, pondo em prática a modalidade de acção indirecta.

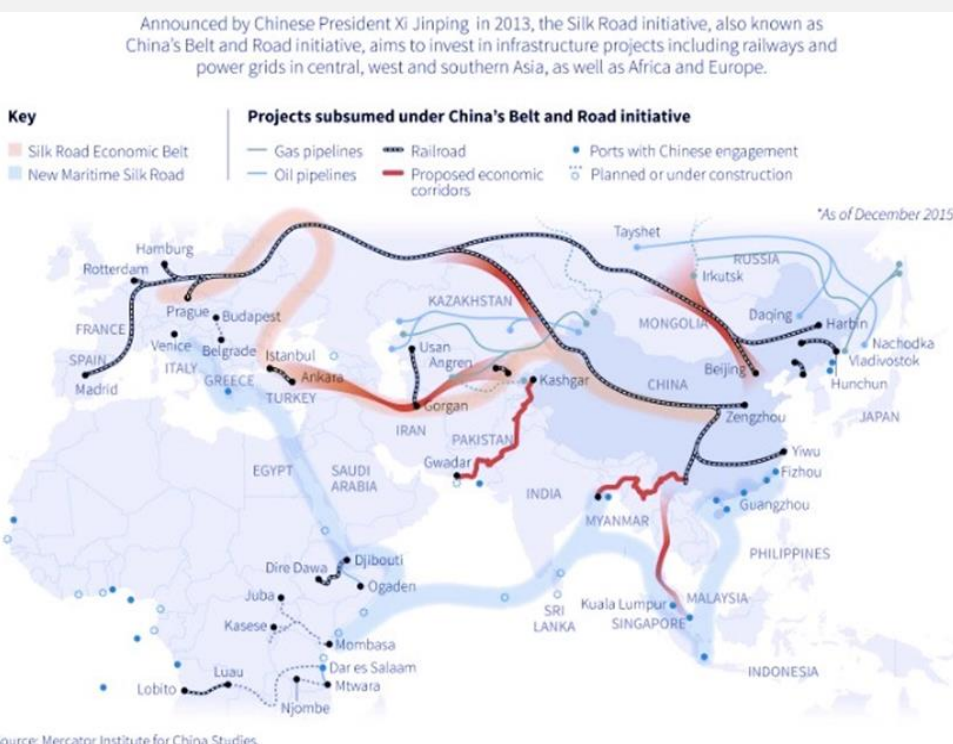


Fig. 1: A Iniciativa Rota da Seda do Século XXI

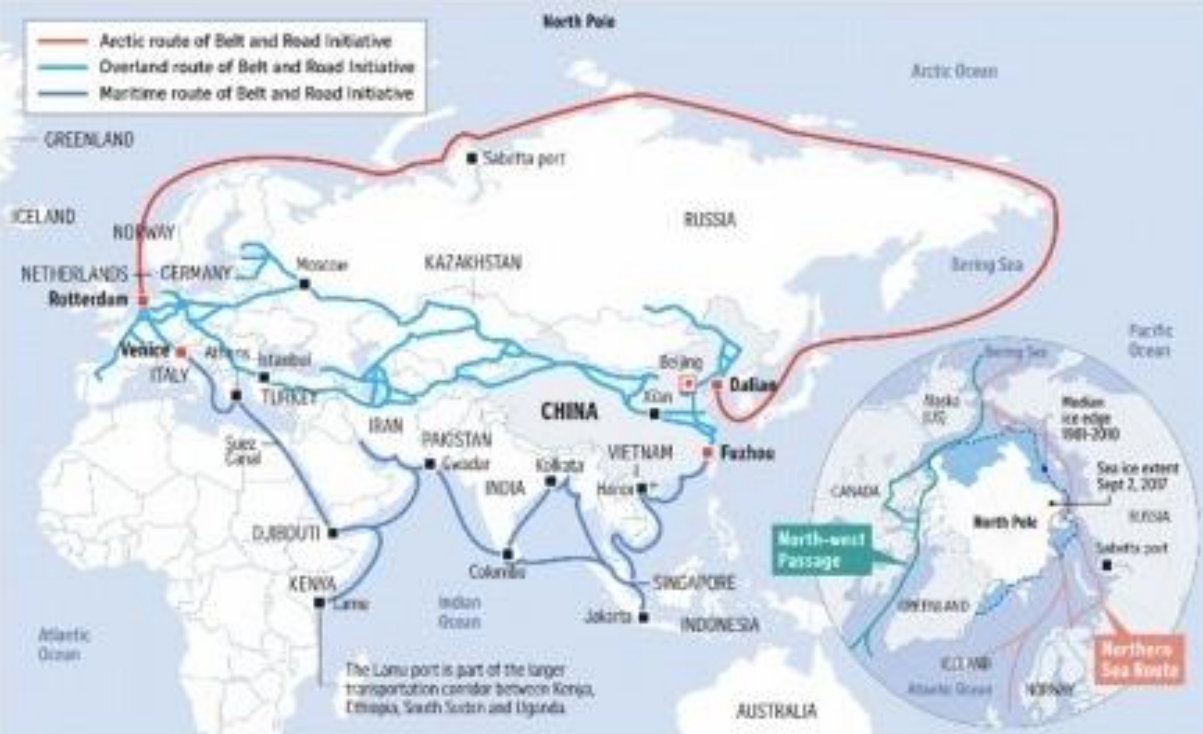


Fig. 2: A Rota Polar da Seda – a China e a nova ‘passagem económica azul’



Source: Straits Times, [China's Polar Ambitions Cause Anxiety](#), 20 February 2018.

Anunciado em 2013 pelo Presidente Xi Jinping, este projecto - que constitui, na nossa perspectiva, em si mesmo, a Grande Estratégia Nacional da China, de cariz marcadamente expansionista e à qual estão subjacentes fortes interesses geopolíticos, geoeconómicos e geoestratégicos – já equacionava o ‘alargamento’ da rota marítima ‘original’. Para tal terá contribuído, igualmente, a estabilização e subsequente reforço daquela que parece ser uma parceria forte, eficiente e eficaz com a Rússia, numa clara concretização de uma estratégia win-win.

De facto, com um eixo de orientação inicial SE-NO (Ásia-África-Europa), o documento previa desde a sua génese um segundo, destinado a complementar e “concluir” o da rota marítima original, nas coordenadas S-N (Cfr. figura 2).

Deste modo, uma ‘nova’ rota, via Oceano Ártico, foi definida com o objectivo de assegurar a ligação entre aquele oceano e os congéneres Pacífico e Atlântico, através da Rota do Nordeste e da Northern Sea Route (junto à costa siberiana russa).

Neste contexto, e através desta ‘Estratégia Sectorial’ Ártica (tal como se verifica nas restantes – Pacífica, Índica [África Oriental] e Mediterrânica [Europa]), a China pode – não sendo um Estado ártico (embora reclamando o estatuto de ‘nação quase-ártica’)-, através da concessão de empréstimos para financiamentos vários ali em curso, assim como para investimento em projectos científicos e tecnológicos, afirmar e alavancar os seus interesses e a sua posição ascendente sobre os actores daquela região, na exacta medida em que opta por

encobrir ou dissimular (ou procura fazê-lo), de forma sistemática e contínua, os propósitos/objectivos associados às acções que leva a cabo no terreno.

Sempre com a tónica discursiva e a narrativa geopolítica centradas na cooperação, e como noutras ocasiões já havia afirmado (Balão, 2018), o interesse da China no mundo, parece ser motivado, ao invés, por potenciais benefícios energéticos, comerciais e geopolíticos.

Seja qual for a Estratégia Sectorial que queiramos considerar analisar no quadro da OBOR, qualquer que seja o Continente em que actua, ou as geografias de poder merecedoras do seu interesse, os factos parecem apontar no sentido da afirmação de poder e relevância da China um pouco por todo o mundo, tendo por base a respetiva capacidade de

financiamento de projectos de investimento de diversa ordem, natureza e dimensão; concessão de empréstimos, ou aquisição/financiamento de dívida pública de terceiros.

Por isso, e em qualquer dos cenários – Ásia, África, Europa, EUA e América Central (apesar de esta última não estar ilustrada porque não surge representada nas figuras que aqui incluímos) – as estratégias e as táticas adoptadas tendem a estar repletas de acções políticas susceptíveis de serem consideradas enquadráveis no domínio subversivo, uma vez que parecem buscar condicionar e ‘controlar’ a curto, médio ou longo prazo as estruturas de tomada de decisão em vários países do mundo.

Deste modo, e embora a OBOR possa ser considerada uma estratégia ‘bem intencionada’, integradora e promotora do diálogo entre culturas – decorrente, desde logo (e como anteriormente já tivemos oportunidade de destacar), do expansionismo associado à concretização da ‘estratégia maior’ através da implementação das ‘diversas estratégias menores’ – e para a qual a Globalização se apresenta e afirma como elemento e instrumento facilitador, o facto é que também há que considerar o ‘outro lado’ da questão que, como atrás procurámos demonstrar, se apresenta

com contornos pouco tranquilizadores.

De facto, a grande estratégia global chinesa envolve a ocupação de territórios; a exploração de recursos; a exportação/deslocalização de mão de obra chinesa para os ‘quatro cantos do mundo’; a ‘compra’ de parcelas sucessivas de soberania de múltiplos actores (com destaque para os Estados, mas não a eles limitados), com vista ao posterior condicionamento das suas vontades e decisões, sob diversas formas e através do recurso ao ‘aproveitamento’ dissimulado de fragilidades várias.

Considera-se, assim, que o potencial diálogo intercultural, resultante do contacto entre cidadãos de proveniências distintas, dotados de experiências culturais diversas fica, no quadro da OBOR, significativamente comprometido devido aos interesses geopolíticos, geoeconómicos e geoestratégicos a ela associados. Trata-se, na realidade, da utilização de um instrumento que formalmente e de jure define objectivos “clássicos” e “bondosos”, de acordo com o quadro de parâmetros que regulam as Relações Internacionais mas que, na concretização, de facto deles se parecem afastar (pelo menos à luz do quadro de referência, até aqui dominante,

do mundo ocidental).

As palavras proferidas pelo Presidente Xi Jinping da China, em Maio de 2017, na Cerimónia de Abertura do The Belt and Road Forum for International Cooperation, pareciam confirmá-lo ao anunciar a amplificação desta Grande Estratégia quando introduziu as tecnologias de ponta e a Revolução Industrial 4.0 na Belt and Road Initiative: “We should pursue innovation-driven development and intensify cooperation in frontier areas such as digital economy, artificial intelligence, nanotechnology and quantum computing, and advance the development of big data, cloud computing and smart cities so as to turn them into a digital silk road of the 21st century” (Jinping, 2017). Em 2019, por ocasião do Leaders' Roundtable Meeting of the Second Belt and Road Forum for International Cooperation, que teve lugar em Pequim, em 27 de Abril, Xi Jinping reforçou o compromisso assumido dois anos antes, ao afirmar: “We hope to work with all parties to identify cooperation priorities and strengthen all-round connectivity. We should continue to focus on infrastructure connectivity, deepen cooperation in frontier areas such as smart manufacturing and digital economy, implement the strategy of



of innovation-driven development, expand our markets wider and enhance trade and investment facilitation. We should build diversified financing systems and multi-tiered capital markets(...)." (Jinping, 2019).

O Relatório publicado por ocasião do encontro não parece deixar dúvidas: "Since the turn of the century, global technology innovation has intensified and become more active. Another round of the technology revolution and industrial reform is restructuring the global innovation landscape and reshaping the global economy. Belt and Road cooperation has provided new opportunities for countries in the primary and middle stages of industrialization to merge properly into global industrial chains and value chains. As various factors and resources for development are shared, flowing and regrouping among B&R countries, each country can leverage their comparative strengths, focusing on studies in cutting-edge technology application and on the research, development and application of high-tech products, to push forward innovation-driven development. The Belt and Road Initiative will become a new platform for the innovation-driven development of participating countries, a driving force for their leapfrog development, and a new engine propelling global economic growth. Through coordinated development and joint response to challenges, the Belt and Road Initiative has enabled different countries and different groups of people to share the fruits of economic globalization during the development of an open world economy, and the momentum will continue." (Office of the Leading Group for Promoting the Belt and Road Initiative, 2019).

Assim, e em face deste eixo complementa da One Belt One Road Initiative, a grande questão que se coloca nesta matéria, que se articula directamente com a 'corrida' à IA, e onde encontra espaço determinante a disputa entre a autocracia digital (também designada soberania digital) e a free and secure internet suscita reflexão adicional, quer em termos de amplitude, quer de profundidade – designadamente no que se refere ao respectivo quadro regulatório que,

por sua vez, pressupõe questões éticas e morais cuja complexidade se tem caracterizado por uma geometria variável.

Assim, a OBOR contém em si mesma as duas faces de uma moeda (se nos é permitida a analogia). Ela constitui a promessa da concretização de um sonho que parece responder às ambições e expectativas do(s) seu(s) estrateg(o)s e executor(es) mas, simultaneamente, não deixa de ser um risco em si mesma uma vez que, tal como foi concebida e está projectada, ela é variável dependente de um sonho de grandeza no âmbito do qual nada tem mais interesse do que "business and power as usual". E ela é um instrumento destinado a ser 'usado' de modo a salvaguardar a concretização deste mesmo desiderato e, desse modo, a projectar o poder da China no tabuleiro do 'jogo' geoestratégico global, no matter what.

Sandra Balão

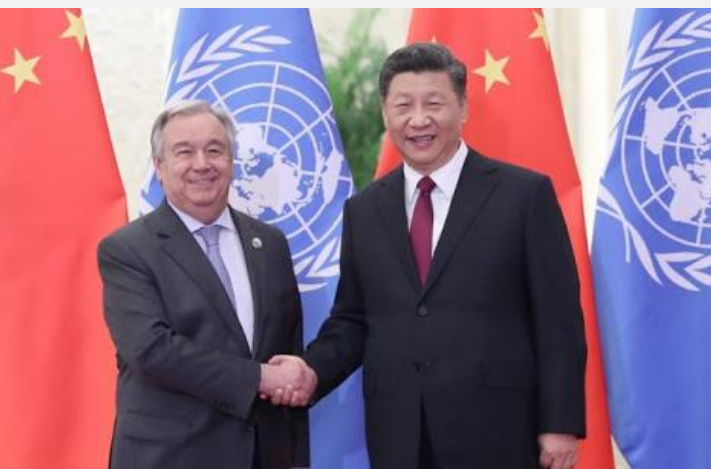


Fig. 3: Xi Jinping e António Guterres no Segundo Fórum da Belt and Road Initiative para Cooperação internacional, via China.org

Recursos Bibliográficos

Bibliografia - A regressão democrática na Turquia: choque de civilizações ou autocracia laica?

- BUTT, Khalid Manzoor & SIDDIQUI, Naeema (2018). "Compatibility between Islam and Democracy". A Research Journal of South Asian Studies 33, nº2 (julho-dezembro): 513-27. Comparative Constitutions Project, Constitution of the Republic of Turkey. (2017). Disponível em: https://www.constituteproject.org/constitution/Turkey_2017.pdf?lang=en. Consultado em: 30 de março de 2020.
- Corão. Tradução de Samir El Hayek. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adebook/alcorao.pdf>. Consultado em: 8 de abril de 2020.
- EREN, Ahmet Yasir (2018). "A Critique of Political Islam: The Turkish Model Case". The World of Monotheistic Religions Journal 9. 151-166.
- HEPER, Metin (1997). "Islam and Democracy in Turkey: Toward a Reconciliation?". Middle East Journal 51, nº1 (Inverno): 32-45.
- KIRIŞCI, Kemal & SLOAT, Amanda (2019). "The rise and fall of liberal democracy in Turkey: Implications for the West". Democracy & Disorder, 18.
- MOE, Christian (2003). "Refah Partisi (The Welfare Party) and Others v. Turkey". International Journal of Not-for-Profit Law 6, nº1.
- MUSLIH, Muhammad & BROWERS, Michaelle. (2009). "Democracy." The Oxford Encyclopedia of the Islamic World.
- RIBEIRO, Thaís Alves (2018). "O Processo de Adesão da Turquia à União Europeia: das reformas de kemalistas à política externa do Partido da Justiça e do Desenvolvimento", Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel. Centro Universitário de Brasília.
- SCHEDLER, Andreas (2006). The Logic of Electoral Authoritarianism
- SHAMBAYATI, Hootan (2004). "A Tale of Two Mayors: Courts and Politics in Iran and Turkey". International Journal of Middle East Studies 36, nº2 (maio): 253-75.
- SULLIVAN, Amelia (2018). "Unconditional Surrender: The Rise of President Erdogan and the end of Kemalist Turkey," History in the Making 11, nº5 (janeiro): 1-39.
- The Economist Intelligence Unit. (2007). The Economist Intelligence Unit's index of democracy. Disponível em: https://www.economist.com/media/pdf/DEMOCRACY_INDEX_2007_v3.pdf. Consultado em: 2 de abril de 2020.
- The Economist Intelligence Unit. (2020). Democracy Index 2019A year of democratic setbacks and popular protest. Disponível em: <https://www.in.gr/wp-content/uploads/2020/01/Democracy-Index-2019.pdf>. Consultado em: 2 de abril de 2020.
- YAVUZ, M. Hakan & ÖZTÜRK, Ahmet Erdi (2019). "Turkish secularism and Islam under the reign of Erdoğan". Southeast European and Black Sea Studies 19, nº1: 1-9.

Bibliografia - A “Guerra Esquecida” do Iémen: os ramos islâmicos como fator (des)estruturante de um Estado.

Bank, T. W. (s.d.). The World Bank. Obtido de <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?end=2018&locations=YE&start=1980&view=chart>

Barroso, N. G. (1980). Geografia Universal Ilustrada: Ásia. Edições Nauta.

Burrowes, R. (1992). THE YEMEN ARAB REPUBLIC'S LEGACY AND YEMENI UNIFICATION. CountryEconomy. (s.d.). Obtido de <https://pt.countryeconomy.com/paises/iemen>

Huda. (23 de abril de 2019). Key Differences Between Shia and Sunni Muslims. Obtido de <https://www.learnreligions.com/difference-between-shia-and-sunni-muslims-2003755>

JAZEERA, A. (9 de abril de 2020). Saudi-UAE unilateral ceasefire in Yemen begins; Houthis balk. Obtido de Al Jazeera: <https://www.aljazeera.com/news/2020/04/saudi-uae-coalition-declares-2-week-unilateral-ceasefire-yemen-200408185013981.html>

Limão, J. P. (23 de abril de 2019). Obtido de O SIGNIFICADO DO IÉMEN NO GRANDE MÉDIO ORIENTE - Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre em Ciência Política e Relações Internacionais: Segurança e Defesa.

Lowcock, M. (23 de fevereiro de 2019). A minha esperança para o Iémen. Obtido de <https://www.publico.pt/2019/02/23/mundo/opiniao/esperanca-iemen-1862938>

Marshall, T. (2017). Prisoners of Geography.

Ribeiro, J. R. (2019). À fome ou à bomba, cem mil pessoas já morreram na guerra do Iémen. Público.

Summers, H. (15 de outubro de 2018). Yemen on brink of 'world's worst famine in 100 years' if war continues. The Guardian. Obtido de <https://www.theguardian.com/global-development/2018/oct/15/yemen-on-brink-worst-famine-100-years-un>

Yemen crisis: Why is there a war? (2020). BBC NEWS .

YEMEN WAR: NO END IN SIGHT. (24 de março de 2020). Obtido de Amnesty International.

Bibliografia – “O erro de Weber ou nem por isso?: olhando para a China Antiga e para as cosmologias em busca de pistas sobre as relações no mundo”

Da Col, Giovanni e Caroline Humphrey. eds. 2012. Future and Fortune: Contingency, Morality and the Anticipation of Everyday Life. A Social Analysis Special Issue, 56 (2): 1–18.

Mitter, Rana. 2004. A bitter revolution: China’s struggle with the modern world. Oxford. Oxford University Press.

Rodrigues, Irene. 2013. Flows of Fortune: the Economy of Chinese Migration to Portugal. Tese de Dissertação em Antropologia, Especialidade em Antropologia do Simbólico e da Religião apresentada na Universidade de Lisboa pelo Instituto de Ciências Sociais.

Tese de Dissertação em Antropologia, Especialidade em Antropologia do Simbólico e da Religião apresentada na Universidade de Lisboa pelo Instituto de Ciências Sociais.

Schwarz, Vera. 1986. The Chinese Enlightenment: intellectuals and the legacy of the May Fourth Movement of 1919. Berkeley: University of California Press.

Teng, Ssü Yu and John K. Fairbank. 1982. [1954]. China's Response to the West: A Documentary Survey, 1839-1923. Harvard University Press.

Weber, Max. 1992. [1904]. The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism. London and New York: Routledge.

Weber, Max. 1968. [1915]. The Religion of China: Confucianism and Taoism. New York: Free Press.

Yang, 1968. “Introduction.” In Max Weber. The Religion of China: Confucianism and Taoism. New York: Free Press.

Nota: Este texto é um excerto traduzido e adaptado de Rodrigues, Irene. 2013. Flows of Fortune: the Economy of Chinese Migration to Portugal. Tese de Dissertação em Antropologia, Especialidade em Antropologia do Simbólico e da Religião apresentada na Universidade de Lisboa pelo Instituto de Ciências Sociais.

Bibliografia - O Valor de um 0002
Sistema Nacional de Saúde China

Bary, W. T. (Novembro/Dezembro de 1998). Asian Values and Human Rights: A Confucian Communitarian Perspective. Obtido de Foreign Affairs: <https://www.foreignaffairs.com/reviews/capsule-review/1998-11-01/asian-values-and-human-rights-confucian-communitarian-perspective> BBC News. (9 de Maio de 2020). Coronavirus: Chinese official admits health system weaknesses. Obtido de BBC News: <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-52600618> Ben Westcott, S. W. (23 de Abril de 2020). China's wet markets are not what some people think they are. Obtido de CNN World: <https://edition.cnn.com/2020/04/14/asia/china-wet-market-coronavirus-intl-hnk/index.html> BMJ. (Junho de 2019). CHINA'S HEALTH SYSTEM REFORMS: REVIEW OF 10 YEARS OF. What can we learn from China's health system, pp. 3-7. Caballero-Anthony, M. (2009). COLLABORATION UNDER ANARCHY. Nanyanf: S. Rajaratnam School of International Studies. CDC. (s.d.). One Health Basics. Obtido de Centers for Disease Control and Prevention: <https://www.cdc.gov/onehealth/basics/index.html> Cheng, J. (24 de Julho de 2018). One Country, Two Systems. Obtido de Oxford Bibliographies: <https://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780199920082/obo-9780199920082-0009.xml#obo-9780199920082-0009-div2->

0002
China Daily. (19 de Fevereiro de 2004). Deng Xiaoping on "one country, two systems". Obtido de China Daily:
http://www.chinadaily.com.cn/english/doc/2004-02/19/content_307590.htm
Chris Degeling, A. D. (2019). The ethics of One Health. Em M. Walton, *One Planet, One Health* (pp. 65-84). Sydney: Sydney University Press.
Dazhong Wen, W. L. (Março de 2001). Soil Fertility Quality and Agricultural Sustainable Development in the Black Soil Region of Northeast China. Obtido de Springer Link:
<https://link.springer.com/article/10.1023/A:1011480228613#citeas>
Hong Wang, W. Y. (23 de Junho de 2009). The impact of rural mutual health care on health status: evaluation of a social experiment in rural China. Obtido de Wiley Online Library:
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/hec.1465>
Jyotsna Jalan, M. R. (13 de Agosto de 2002). Geographic poverty traps? A micro model of consumption growth in rural China. Obtido de Wiley Online Library:
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/jae.645>
Laurie A. Gould, M. P. (2016). *State Fragility Around the World*. Boca Raton: Taylor & Francis Group, LLC.
McMichael, R. A. (2015). Social and Environmental Risk Factors in the Emergence of Infectious Diseases. Em J. D. Colin D. Butler, *Health of People, Places and Planet* (p. 12). Acton: ANU Press.
Mely Caballero-Anthony, J. B. (2009). *PREPAREDNESS IN ASIA*. Nanyang: S. Rajaratnam School of International Studies.

NBC News. (6 de Abril de 2020). Indian police use coronavirus-themed equipment to get the message across. Obtido de NBC News:
<https://www.nbcnews.com/video/indian-police-use-coronavirus-themed-equipment-to-get-the-message-across-81673797862>

OEC. (2017). China. Obtido de OEC:
<https://oec.world/en/profile/country/chn/>

OEC. (2017). India. Obtido de OEC:
<https://oec.world/en/profile/country/ind/>

OECD. (2010). The State's Legitimacy in. Paris: OECD.

OMS. (21 de Setembro de 2017). One Health. Obtido de World Health Organization:
<https://www.who.int/news-room/q-a-detail/one-health>

OMS. (17 de Abril de 2020). Avian Influenza Weekly Update Number 737. Obtido de World Health Organization:
https://www.who.int/docs/default-source/wpro---documents/emergency/surveillance/avian-influenza/ai-20200417.pdf?sfvrsn=30d65594_56

One Health Network. (s.d.). Projects and Collaboration Groups. Obtido de One Health Network:
<http://www.onehealthnetwork.asia/projects>

Bibliografia - O Valor de um Sistema Nacional de Saúde

PNHP. (s.d.). Health Care Systems - Four Basic Models. Obtido de Physicians for a National Health Program: https://www.pnhp.org/single_page_resources/health_systems_four_basic_models.php

Ray H. Elling, H. K. (1975). Selection of Contrasting National Health Systems for In-depth Study. Inquiry, 25.

Richard W. Mansbach, K. L. (2008). Introduction to Global Politics. Nova Iorque: Routledge.

Salmon, A. (15 de Maio de 2020). Why East beat West on Covid-19. Obtido de Asia Times: <https://asiatimes.com/2020/05/why-east-beat-west-on-covid-19/>

Sood, S. M. (2008). A Brief History of the Health Systems in China and India. Em S. M. Sood, A Comparison of the Health Systems in China and India (pp. 5-11). RAND Corporation.

Sood, S. M. (2008). Policy Levers of Health Systems in China and India. Em S. M. Sood, A Comparison of the Health Systems in China and India (pp. 23-34). RAND Corporation.

Sousa, A. R. (2017). Da Economia. Lisboa: Diário de Bordo.

The New York Times. (25 de Agosto de 2010). The Flying Geese Model. Obtido de The New York Times: <https://schott.blogs.nytimes.com/2010/08/25/the-flying-geese-model/>

Triotree. (1 de August de 2016). Healthcare: Primary, Secondary and Tertiary [Brief Description]. Obtido de Triotree: <http://triotree.com/blog/health-care-primary-secondary-and-tertiary-brief-description/>

Vox. (6 de Março de 2020). How wildlife trade is linked to coronavirus. Obtido de YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=TPpoJGYlW54>

Wallace, L. S. (2013). A VIEW OF HEALTH CARE AROUND. Em N. A. Group, Family Medicine Updates (p. 84). São Francisco: ANNALS OF FAMILY MEDICINE.

Wei Fu, S. Z. (5 de Fevereiro de 2018). Research in health policy making in China:. Obtido de BMJ: <https://www.bmj.com/content/bmj/360/bmj.k234.full.pdf>

Zhou, C. (2020). China reports outbreak of deadly bird flu among chickens in Hunan province, close to coronavirus epicentre of Wuhan. South China Morning Post.

Bibliografia - A Belt and Road Initiative no “jogo” estratégico global.

Balão, S. M. R. (2018). “A Polar Silk Road e a (Geo)Estratégia da China no século XXI”. In, António de Sousa Lara (Coord.), Estado, Ordem Internacional e Novas Ameaças. Ed. MGI. Lisboa. 101-139.

Balão, S. M. R. (2014). A Matriz do Poder. Uma Visão Analítica da Globalização e da Anti-Globalização no Mundo Contemporâneo. Ed. MGI. Lisboa.

Ehret, M. (2019). “The polar silk road comes to life as a new epoch in history begins”, SouthFront. May, 18.

Jinping, Xi (2019). Promoting High-Quality Development of Belt and Road Cooperation. Opening Remarks at the

Leaders' Roundtable of The Second Belt and Road Forum for International Cooperation. 27 April. In chinadaily.com.cn (2019). “Xi's full remarks at the leaders' roundtable meeting of the Second Belt and Road Forum for International Cooperation”. Updated: 2019-04-27 17:40.

Jinping, Xi (2017). Work Together to Build the Silk Road Economic Belt and The 21st Century Maritime Silk Road. Speech at The Opening Ceremony of The Belt and Road Forum for International Cooperation President of the People's Republic of China. 14 May. In chinadaily.com.cn (2017). “Full text of President Xi Jinping's keynote speech”. Updated: 2017-05-14 18:43.

Office of the Leading Group for Promoting the Belt and Road Initiative (2019). “The Belt

and Road Initiative Progress, Contributions and Prospects”. Belt and Road Portal. 22 April.

Wenyan, W. M.(2018).” Could a Digital Silk Road solve the Belt and Road's sustainability problem?”. World Economic Forum, Annual Meeting of the New Champions.

Note-se que o presente artigo se encontra redigido em concordância com o Antigo Acordo Ortográfico

Como a Cultura *(Des)*Faz um Estado

State

5ª Edição – Maio 2020

Building &
Fragility
Monitor



